

ESCOLA DE EQUITAÇÃO DO EXÉRCITO

1º Ten CAV GABRIEL DOS SANTOS PEREIRA

**CORRELACIONAR AS QUALIDADES FÍSICAS E MORAIS DA RAÇA BRASILEIRA DE
HIPISMO, COM AS CARACTERÍSTICAS INERENTES AO POLICIAMENTO
MONTADO**

Rio de Janeiro

2018

1º Ten CAV GABRIEL DOS SANTOS PEREIRA

**CORRELACIONAR AS QUALIDADES FÍSICAS E MORAIS DA RAÇA
BRASILEIRA DE HIPISMO, COM AS CARACTERÍSTICAS INERENTES AO
POLICIAMENTO MONTADO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Equitação
do Exército como requisito parcial
para a obtenção do Grau de
Especialização em Equitação.

Orientador: Cap Cav Mclelland
Mozart Diniz Soares

Rio de Janeiro

2018

1º Ten CAV GABRIEL DOS SANTOS PEREIRA

**CORRELACIONAR AS QUALIDADES FÍSICAS E MORAIS DA RAÇA
BRASILEIRA DE HIPISMO, COM AS CARACTERÍSTICAS INERENTES AO
POLICIAMENTO MONTADO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de
Equitação do Exército como
requisito parcial para a obtenção
do Grau de Especialização em
Equitação.

Aprovado em: ____/____/____

Comissão de Avaliação

MCLELLAND MOZART DINIZ SOARES - Cap Cav
Bacharel em Ciências Militares
Presidente (orientador)/EsEqEx

ERIC BLAS RAMIREZ – 1º Ten Cav
Bacharel em Ciências Militares
1º Membro/EsEqEx

MATEUS SÊDA CAMILO - 1º Ten Cav
Bacharel em Ciências Militares
2º Membro/EsEqEx

À minha esposa, uma singela homenagem pela confiança depositada em mim, e por acreditar junto comigo que este momento chegaria. Obrigado pelo apoio e pelas palavras de incentivo que me mantiveram no rumo certo para a conclusão deste curso.

AGRADECIMENTOS

Ao Nobre Amigo de Cross da espora na Academia Militar das Agulhas Negras, Quaresma do Rincão, *in memorian*.

Aos Nobres Amigos da disciplina de Adestramento: Chacal do Rincão, Balada do Rincão e Federado do Rincão.

Aos Nobres Amigos da disciplina de Concurso Completo de Equitação: Nobre do Rincão, Radar do Rincão, Limosine do Rincão e Jaspers do Rincão.

Aos Nobres Amigos da disciplina de Salto: Idolatria do Rincão, *in memorian*, Latino do Rincão, Gavião do Rincão, Oster do Rincão, *in memorian* e Guilhotina do Rincão.

Aos Nobres Amigos da disciplina de Iniciação: Rouxinol e Usineiro do Rincão.

Aos Nobres Amigos da disciplina de Polo: Nazareno do Rincão, Norteña do Rincão e Prisma do Rincão.

Aos Nobres Amigos da disciplina de Carrieri, os quais não tive o prazer de disfrutar de suas montadas regularmente durante o curso, mas tive o prazer de conhecê-los e montá-los nesta disciplina. Deixo aqui minha homenagem a: Minuano do Rincão, Pompeu do Rincão, Honda, *in memorian*, Gazela, Lancelot do Rincão, Inca do Rincão, Big Boy, Lafaiete do Império, Raia do Rincão, Leonard do Rincão e Secreta do Rincão.

Aos meus camaradas, companheiros da Turma Cap Armand Gloria, agradeço pela camaradagem em todos os momentos do curso. O meu muito obrigado ao: 1º Ten Cav Arlom, 1º Ten Cav Pedra, 1º Ten Art Carlos Victor, 1º Ten Cav Rodrigues, 1º Ten Cav Cavalieri, 1º Ten Cav Danilo Machado, 1º Ten Cav Gustavo Motta, 1º Ten Cav Mourão, 1º Ten PMERJ Marcos Brandão, 1º Ten PMAL Honorato, 1º Ten PMESP Hideki, 1º Ten PMMG Thiago, 2º Ten PMPE Igor e ao Alf Gongora, da República do Peru.

A minha estimada e batalhadora mãe, Amariles dos Santos, por acreditar junto comigo que este momento chegaria, pelas incansáveis orações e pela preocupação de mãe que só ela tem, a minha eterna gratidão.

Ao meu pai Jorge Francisco Pereira, por ter sido a minha inspiração para a carreira das Armas, e mais do que isso, por acender em mim a chama da Cavalaria, o meu muito obrigado.

A minha esposa, Andressa de Lima Neves pela compreensão, apoio e companheirismo nos momentos em que este trabalho foi priorizado.

Ao meu orientador, Cap Mozart, meus sinceros agradecimentos pela orientação na realização deste trabalho.

A todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram para este projeto fosse concluído. Gostaria de destacar nominalmente, mas não posso cometer o erro de vir a esquecer alguém, tendo disto isso, dedico este parágrafo as pessoas que me ajudaram a concretizar esse sonho.

[...] A **resiliência** é a capacidade de o indivíduo lidar com problemas, adaptar-se a mudanças, superar obstáculos ou resistir à pressão de situações adversas - choque, estresse, algum tipo de evento traumático, etc. - sem entrar em surto psicológico, emocional ou físico, por encontrar soluções estratégicas para enfrentar e superar as adversidades. (RESILIÊNCIA, 2018).

RESUMO

PEREIRA, Gabriel dos Santos. **Correlacionar as qualidades físicas e morais da Raça Brasileiro de Hipismo, com as características inerentes ao policiamento montado.** Rio de Janeiro: EsEqEx, 2018. Monografia.

Esta pesquisa científica tem por objetivo correlacionar as qualidades físicas e morais da Raça Brasileiro de Hipismo com as características inerentes ao cavalo do policiamento montado, de forma a avaliar se a raça BH é a mais apta ao policiamento montado. O estudo dessa questão tornou-se relevante, uma vez que como há uma grande variedade de raças de cavalo, é de grande valia a comprovação se de fato o cavalo BH é o ideal, o mais apto a cumprir as missões de policiamento montado. Para se chegar ao objetivo proposto, houve a necessidade de o pesquisador estabelecer objetivos específicos, onde se esmiuçou as características da raça Brasileiro de Hipismo, gerais e morfológicas, bem como as características do cavalo de policiamento montado. Concluiu-se que o Brasileiro de Hipismo, além de possuir as características necessárias ao policiamento montado, a raça pode ser melhorada geneticamente, tendo suas características potencializadas, através do cruzamento de outras raças com características desejáveis, uma vez que a raça BH ainda não possui o “Stud Book” fechado.

Palavras-chaves: Raça. Brasileiro de Hipismo. Policiamento montado. Características. Ideal. Cruzamento de outras raças. *Stud Book*.

RESUMEN

PEREIRA, Gabriel dos Santos. **Correlacionar las cualidades físicas y morales de la raza brasileña de hipismo, con las características inherentes al policiamiento montado.** Río de Janeiro: EsEqEx, 2018. Monografía

Esta investigación científica tiene por objetivo correlacionar las cualidades físicas y morales de la raza Brasileño de Hipismo con las características inherentes al caballo de la policía montada. Analisaremos si la raza BH es la más apta para el empleo de la policía montada. El estudio de esta cuestión se hizo relevante, ya que como hay una gran variedad de razas de caballo, es de gran valor comprobar si el caballo BH es el ideal, el más apto para cumplir las misiones de policiamiento montado. Para llegar al objetivo propuesto, hubo la necesidad del investigador establecer objetivos específicos, donde se analizó detalladamente las características generales y morfológicas de la raza Brasileña de Hipismo, así como las características ideales del caballo de policía montado. Se ha concluido que el Brasileño de Hipismo, además de poseer las características necesarias para el cumplimiento de dicho objetivo puede ser mejorada genéticamente, teniendo así sus características potencializadas, a través del cruce o mezcla con otras razas con características deseables, teniendo en consideración que el “*Stud book*” de la raza BH en la actualidad aun está abierto.

Palabras claves: Raza. Brasileño de Hipismo. Policiamiento montado. Características. Ideal. Cruce de otras razas. *Stud Book*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Frequência (%) das raças de garanhões e éguas utilizadas na formação da raça Brasileiro de Hipismo.....	28
Figura 2	Estrutura do equino – Nomenclaturas Zootécnicas.....	32
Figura 3	Estrutura Óssea.....	32
Figura 4	Geometria retangular e Geometria quadrada.....	33
Figura 5	<i>Uphill e Downhill</i>	34
Figura 6	Cabeça leve e Cabeça pesada.....	35
Figura 7	Pescoço – orientação horizontal.....	36
Figura 8	Pescoço – orientação vertical.....	36
Figura 9	Escápula e úmero.....	37
Figura 10	Paleta angulada e paleta vertical.....	38
Figura 11	Cernelha curta e cernelha longa.....	38
Figura 12	Centro de gravidade do cavalo.....	39
Figura 13	Dorso-lombo curto e dorso-lombo longo.....	40
Figura 14	Garupa horizontal e garupa vertical.....	41

Figura 15	Membros Anteriores – Regular, “ajoelhado” e “transcurvo”	42
Figura 16	Membros Anteriores – Regular, “sobre-si” e “acampado”	42
Figura 17	Joelhos regulares, “joelhos esquerdos” e “joelhos “cambaios”	43
Figura 18	Membros Posteriores – Regular, “avançado de trás” e “plantado de trás”	45
Figura 19	Membros Posteriores – Regular, jarrete reto e “jarrete angulado”	46
Figura 20	Membros Posteriores - Regular, jarretes fechados e jarretes abertos.....	46
Figura 21	Quartelas curtas e retas e quartelas longas.....	47
Figura 22	Angulações adequadas.....	48
Figura 23	Cascos grandes e cascos pequenos.....	49
Figura 24	Ossatura pesada.....	50
Figura 25	Ossatura leve.....	50
Figura 26	Relação existente entre as regiões anterior e posterior.....	52
Figura 27	Titã, Cavallo da raça Brasileiro de Hipismo visto de perfil.....	74
Figura 28	Cabeça do cavalo.....	75
Figura 29	Pescoço do cavalo.....	75
Figura 30	Tronco do cavalo.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS

ABCCH	Associação Brasileira de Criadores de Cavalos de Hipismo
Alf	Alferes
APOP	Agente Perturbador da Ordem Pública
Art	Artilharia
BH	Brasileiro de Hipismo
CRFB 88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
Cap	Capitão
Cav	Cavalaria
CCE	Concurso Completo de Equitação
EsEqEX	Escola de Equitação do Exército
LC	Lei Complementar
Maj	Major
Op GLO	Operação de Garantia da Lei e da Ordem
PM	Policia Militar
PMAL	Polícia Militar de Alagoas
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PMESP	Polícia Militar do Estado de São Paulo
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais

PMPE	Polícia Militar de Pernambuco
PSI	Puro Sangue Inglês
QOS	Quadro de oficiais de saúde
RCAT	Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes
SBBCH	<i>Stud book</i> brasileiro do Cavalo de Hipismo
SAS/Vet	Seção de auxílio a saúde veterinária
Ten	Tenente

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO.....	18
2.1	APRESENTAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	18
2.2	JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	18
2.3	PROBLEMA.....	19
2.4	OBJETIVOS.....	19
2.4.1	Objetivo geral.....	19
2.4.2	Objetivos específicos.....	20
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
3.1	O AMPARO LEGAL DO EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS E DAS FORÇAS AUXILIARES EM OP DE GLO.....	21
3.2	A RAÇA BRASILEIRO DE HIPISMO.....	26
3.2.1	A origem e formação do Cavallo BH.....	27
3.2.2	A Raça Brasileiro de Hipismo e suas características.....	29
3.2.3	As características Morfológicas da Raça BH.....	30
3.2.3.1	<i>Geometria.....</i>	33
3.2.3.2	<i>Uphill x downhill.....</i>	34
3.2.3.3	<i>Cabeça.....</i>	35
3.2.3.4	<i>Pescoço.....</i>	35

3.2.3.5	<i>Paleta</i>	37
3.2.3.6	<i>Cernelha</i>	38
3.2.3.7	<i>Dorso/ Lombo</i>	39
3.2.3.8	<i>Garupa</i>	40
3.2.3.9	<i>Membros</i>	41
3.2.3.10	<i>Quartelas e Boletos</i>	46
3.2.3.11	<i>Cascos</i>	47
3.2.3.12	<i>Ossatura e articulações</i>	49
3.2.3.13	<i>Apreciação do conjunto</i>	50
3.3	O POLICIAMENTO MONTADO	52
3.3.1	A origem do Policiamento Montado no Brasil	52
3.3.2	As características do Policiamento Montado	54
3.3.2.1	<i>Ostensividade e Campo de visão</i>	54
3.3.2.2	<i>Efeito psicológico</i>	55
3.3.2.3	<i>Poder repressivo</i>	55
3.3.2.4	<i>Mobilidade</i>	56
3.3.2.5	<i>Flexibilidade</i>	56
3.3.2.6	<i>Economia de efetivo</i>	57
3.3.3	O Emprego da Tropa Hipomóvel nas Op GLO	57
3.3.3.1	<i>Reconhecimento</i>	58

3.3.3.2	<i>Terreno</i>	58
3.3.3.3	<i>Grupo social</i>	58
3.3.3.4	<i>Atividade econômica principal</i>	59
3.3.4	As qualidades físicas e morais inerentes ao cavalo utilizado no policiamento montado	59
3.3.4.1	<i>Saúde</i>	62
3.3.4.2	<i>Rusticidade</i>	62
3.3.4.3	<i>Resistência</i>	62
3.3.4.4	<i>Flexibilidade</i>	62
3.3.4.5	<i>Agilidade</i>	63
3.3.4.6	<i>Força e Potência muscular</i>	63
3.3.4.7	<i>Equilíbrio</i>	63
3.3.4.8	<i>Porte</i>	63
3.3.4.9	<i>Calma</i>	64
3.3.4.10	<i>Franqueza</i>	64
3.3.4.11	<i>Generosidade</i>	64
3.3.4.12	<i>Submissão</i>	64
4	METODOLOGIA	66
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
	REFERÊNCIAS	72
	ANEXO A – Modelo ideal de cavalo policial militar	74

1 INTRODUÇÃO

O trabalho em questão a ser realizado versa sobre A utilização do Cavallo “Brasileiro de Hipismo” no policiamento montado, campo de pesquisa inserido na área de Operações Militares, tendo como tema “Correlacionar as qualidades físicas e morais da raça BH, com as características inerentes ao Policiamento Montado”.

Seu estudo é relevante para o estudo militar, uma vez que se faz necessário ter um maior entendimento sobre as características psicofísicas da Raça Brasileiro de Hipismo, aliadas com as características necessárias ao emprego do cavalo em Operações de Garantia da Lei e da Ordem – GLO.

A presente pesquisa busca ao analisar as características da Raça BH, bem como as características dos cavalos utilizados em Operações de Garantia da Lei e da Ordem, verificar se de fato a Raça Brasileira de Hipismo é a mais apta para ser empregada em Op GLO.

Nossas principais fontes de consulta utilizadas foram os seguintes manuais: Manual da Tropa Montada, do então Cap PM Alberto Nubie Policastro, O emprego do Esquadrão de Choque Hipomóvel nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem, do então Cap de Cavalaria Guilherme Santana Ebre; o Livro Brasileiro de Hipismo – Morfologia de Victor Chiari Alves e Ana Luisa Soares de Miranda.

A presente monografia está assim estruturada:

No primeiro capítulo, abordaremos de forma resumida o Amparo legal que respalda o emprego das Forças Armadas e das Forças Auxiliares em Operações de Garantia da Lei e da Ordem. Para a elaboração deste capítulo utilizaremos como fontes principais de pesquisa a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei Complementar (LC) nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas respectivas atualizações, e o Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001.

No segundo capítulo, abordaremos sobre a Raça Brasileira de Hipismo, destacando a origem da Raça BH, suas características morfológicas, bem como suas qualidades gerais, físicas e morais. Para a elaboração deste capítulo utilizaremos como fonte principal de pesquisa as biografias de ALVES e MIRANDA.

No terceiro capítulo, abordaremos sobre o Policiamento Montado, especificamente no que tange a sua origem, as características e vantagens da atuação da tropa hipomóvel, as qualidades físicas e morais inerentes ao cavalo utilizado no policiamento montado. Para a elaboração deste capítulo utilizaremos como fontes principais de pesquisa Ebre e Policastro.

Após uma análise aprofundada e compilação de dados sobre o tema, buscaremos apresentar a resposta para a análise em questão deste trabalho, ou seja, analisar as características da Raça BH e as características inerentes ao cavalo de policiamento montado, de forma a comprovar ou não a aptidão da Raça Brasileira de Hipismo para atuar em Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

Por fim, faremos as considerações finais e listaremos as referências bibliográficas utilizadas para a elaboração do presente trabalho.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

Este capítulo diz respeito a como o presente trabalho encontra-se organizado, dessa forma pretende-se apresentar e delimitar o tema, justificar o seu estudo, problematizar a respeito do assunto e definir seus objetivos, geral e específicos.

2.1 APRESENTAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TEMA

O foco deste trabalho visa correlacionar as qualidades físicas e morais do Cavallo BH, juntamente com as qualidades inerentes ao Policiamento montado no que concerne especificamente as Operações de Garantia da Lei e da Ordem, para posteriormente, conseguirmos fazer uma análise mais aprofundada comparando as qualidades físicas e morais do cavalo brasileiro de hipismo, com as características físicas e morais desejáveis a um cavalo de policiamento montado, uma vez que atualmente o ambiente operacional em que as tropas montadas são empregadas, muitas vezes são ambientes urbanos, sendo assim é de suma importância que a raça de cavalo escolhida seja a mais apta a atuar em cenário específico.

2.2 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, juntamente com a Lei Complementar (LC) nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas respectivas atualizações, e também o Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001 regulam o uso em emprego das Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

Alheio ao amparo legal que regula as Forças Auxiliares e as Forças Armadas, cresce de importância comprovar ou não se o animal que se utiliza em Policiamento Montado é o mais apto a atuar em Op GLO.

Tais Operações nada mais são que “... operações de ‘não guerra’, pois, embora empregando o Poder Militar, no âmbito interno, não envolvem o combate propriamente dito, mas podem, em circunstâncias especiais, envolver o uso da força de forma limitada...” (BRASIL, 2014, p.17).

Este estudo justifica-se, uma vez que, quando se esgotam os meios convencionais de manutenção da paz e o bem-estar comum da população, é necessário a presença das Forças Armadas, que atuarão segundo as leis que os amparam em prol da sociedade, através de Operações Garantia da lei e da Ordem.

Diante disso, o presente estudo caracteriza-se pela busca de material em manuais, publicações do exército e das polícias militares, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, leis e decretos, bem como livros que tratem sobre as características dos cavalos da Raça BH, com foco principal em analisar as características morfológicas da Raça em questão, bem como as qualidades físicas e morais desta raça, juntamente com as características inerentes ao cavalo de Policiamento Montado, especificamente em operações de choque hipomóvel.

2.3 PROBLEMA

Correlacionar às características morfológicas, as qualidades físicas e morais da Raça Brasileira de Hipismo, com as características físicas e morais de um cavalo de Policiamento Montado, especificamente dos animais que participam de Operações de Choque Hipomóvel.

Para que se alcance o objetivo proposto, este trabalho visa apresentar um estudo comparativo entre as Características acima citadas da Raça BH, juntamente com as características desejáveis a um animal que atue em operações de policiamento montado e também abordar, ainda que de forma sucinta, o amparo legal que diz respeito ao emprego das Forças Auxiliares e Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem, com o enfoque maior nas Forças Armadas.

2.4 OBJETIVOS

Abaixo apresentaremos o objetivo geral e os objetivos específicos que nortearão o presente trabalho, estabelecendo dessa forma como será confeccionado o presente trabalho.

2.4.1 Objetivo Geral

Em síntese, temos como objetivo geral realizar uma análise a respeito das características físicas e morais da Raça Brasileira de Hipismo, e também uma análise das características físicas e morais do cavalo inerente ao Policiamento montado, de forma a comprovar ou não se a Raça BH é a mais apta ao Policiamento montado.

2.4.2 Objetivos Específicos

Com a finalidade de chegarmos ao objetivo geral, faz-se necessário estabelecermos objetivos específicos que irão conduzir o presente estudo em questão:

- a. Apresentar os aspectos legais que norteiam o emprego das Forças Armadas, bem como das Forças Auxiliares na Garantia da Lei e da Ordem.
- b. Apresentar a origem e a formação da Raça BH.
- c. Apresentar as características morfológicas da Raça BH.
- d. Explicitar as características físicas e morais da Raça Brasileira de Hipismo.
- e. Apresentar a Origem do Policiamento Montado.
- f. Apresentar as características e vantagens da atuação da tropa hipomóvel.
- g. Explicitar as qualidades físicas e morais inerentes ao cavalo utilizado no policiamento montada.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O AMPARO LEGAL DO EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS E DAS FORÇAS AUXILIARES EM OP DE GLO

Antes de abordarmos as questões propriamente ditas deste trabalho, analisar as características morfológicas do Cavalo Brasileiro de Hipismo, suas qualidades físicas e morais comparadas as qualidades inerentes ao Cavalo de Policiamento montado, cresce de importância nos situarmos e nos respaldarmos no que prescreve as legislações vigentes acerca das Operações de Garantia da lei e da Ordem.

Segundo Ebre (2009), Operações de Garantia da Lei e da Ordem, são aquelas que visam garantir a normalidade da vida humana, preservando pessoas e bens, assegurando ainda o funcionamento das Instituições Públicas e a manutenção ou o restabelecimento da ordem econômica e social.

No que tange a CRFB 88, a missão das Forças Armadas em Op Garantia da Lei e da Ordem está explícita em seu Art. 142:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

§1º Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas (BRASIL, 1988, p.118).

Percebe-se pelo fragmento acima que mesmo a missão das Forças Armadas estando descrita na Constituição do Brasil, sua atuação requer o aval e a autorização do Presidente da República, autorização esta emanada através de um decreto presidencial descrevendo suas intenções de uso para com as Forças Armadas em determinada situação.

Ainda no que tange a Constituição de 1988, há bem definida em seu Art. 144 a missão precípua dos órgãos de segurança Pública:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – polícia federal;

II – polícia rodoviária federal;

III – polícia ferroviária federal;

IV – polícias civis;

V – polícias militares e corpos de bombeiros militares (BRASIL, 1988, p.119).

A partir do fragmento acima pode-se notar que a segurança pública é de responsabilidade e dever do estado, devendo este gerir dentro de sua área de responsabilidades a ordem pública assim como o bem-estar da população. Uma vez que isso não ocorra, e o Presidente da República julgue necessário e válido, através de decreto presidencial ele institui o uso das Forças Armadas nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

Corroborando com o Art. 142 da Constituição de 1988, foi aprovada, em 09 de junho de 1999, a Lei Complementar nº 97, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, e em seu Cap. V diz que:

§1º Compete ao Presidente da República a decisão do emprego das Forças Armadas, por iniciativa própria ou em atendimento a pedido manifestado por quaisquer dos poderes constitucionais, por intermédio dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.

§2º A atuação das Forças Armadas, na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição Federal.

§3º Consideram-se esgotados os instrumentos relacionados no art. 144 da Constituição Federal quando, em determinado momento, forem eles formalmente reconhecidos pelo respectivo Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual como indisponíveis, inexistentes ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional. (Incluído pela Lei Complementar nº 117, de 2004)

§4º Na hipótese de emprego nas condições previstas no §3º deste artigo, após mensagem do Presidente da República, serão ativados os órgãos operacionais das Forças Armadas, que desenvolverão, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, as ações de caráter preventivo e repressivo

necessárias para assegurar o resultado das operações na garantia da lei e da ordem. (Incluído pela Lei Complementar nº 117, de 2004)

§5º Determinado o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, caberá à autoridade competente, mediante ato formal, transferir o controle operacional dos órgãos de segurança pública necessários ao desenvolvimento das ações para a autoridade encarregada das operações, a qual deverá constituir um centro de coordenação de operações, composto por representantes dos órgãos públicos sob seu controle operacional ou com interesses afins. (Incluído pela Lei Complementar nº 117, de 2004)

§6º Considera-se controle operacional, para fins de aplicação desta Lei Complementar, o poder conferido à autoridade encarregada das operações, para atribuir e coordenar missões ou tarefas específicas a serem desempenhadas por efetivos dos órgãos de segurança pública, obedecidas as suas competências constitucionais ou legais. (Incluído pela Lei Complementar nº 117, de 2004) (BRASIL, 1999, p.3).

Visando ratificar e normatizar a Lei Complementar nº 97 de 9 de junho de 1999, foi sancionado pelo Presidente da República, em 24 de agosto de 2001, o Decreto nº 3897 que fixou as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem:

Art. 1º As diretrizes estabelecidas neste Decreto têm por finalidade orientar o planejamento, a coordenação e a execução das ações das Forças Armadas, e de órgãos governamentais federais, na garantia da lei e da ordem.

Art. 2º É de competência exclusiva do Presidente da República a decisão de emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem.

§ 1º A decisão presidencial poderá ocorrer por sua própria iniciativa, ou dos outros poderes constitucionais, representados pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, pelo Presidente do Senado Federal ou pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

§ 2º O Presidente da República, à vista de solicitação de Governador de Estado ou do Distrito Federal, poderá, por iniciativa própria, determinar o emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem.

Art. 3º Na hipótese de emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem, objetivando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, porque esgotados os instrumentos a isso previstos no art. 144 da Constituição, lhes incumbirá, sempre que se faça necessário, desenvolver as ações de polícia ostensiva, como as demais, de natureza preventiva ou repressiva, que se incluem na competência, constitucional e legal, das Polícias Militares, observados os termos e limites impostos, a estas últimas, pelo ordenamento jurídico.

Parágrafo único. Consideram-se esgotados os meios previstos no art. 144 da Constituição, inclusive no que concerne às Polícias Militares, quando, em determinado momento, indisponíveis, inexistentes, ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional.

Art. 4º Na situação de emprego das Forças Armadas objeto do art. 3º, caso estejam disponíveis meios, conquanto insuficientes, da respectiva Polícia Militar, esta, com a anuência do Governador do Estado, atuará, parcial ou totalmente, sob o controle operacional do comando militar responsável pelas operações, sempre que assim o exijam, ou recomendem, as situações a serem enfrentadas.

§ 1º Tem-se como controle operacional a autoridade que é conferida, a um comandante ou chefe militar, para atribuir e coordenar missões ou tarefas específicas a serem desempenhadas por efetivos policiais que se encontrem sob esse grau de controle, em tal autoridade não se incluindo, em princípio, assuntos disciplinares e logísticos.

§ 2º Aplica-se às Forças Armadas, na atuação de que trata este artigo, o disposto no caput do art. 3º anterior quanto ao exercício da competência, constitucional e legal, das Polícias Militares.

Art. 5º O emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, que deverá ser episódico, em área previamente definida e ter a menor duração possível, abrange, ademais da hipótese objeto dos arts. 3º e 4º, outras em que se presuma ser possível a perturbação da ordem, tais como as relativas a eventos oficiais ou públicos, particularmente os que contem com a participação de Chefe de Estado, ou de Governo, estrangeiro, e à realização de pleitos eleitorais, nesse caso quando solicitado.

Parágrafo único. Nas situações de que trata este artigo, as Forças Armadas atuarão em articulação com as autoridades locais, adotando-se, inclusive, o procedimento previsto no art. 4º.

Art. 6º A decisão presidencial de emprego das Forças Armadas será comunicada ao Ministro de Estado da Defesa por meio de documento oficial que indicará a missão, os demais órgãos envolvidos e outras informações necessárias.

Art. 7º Nas hipóteses de emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, constitui incumbência:

I - do Ministério da Defesa, especialmente:

a) empregar as Forças Armadas em operações decorrentes de decisão do Presidente da República;

b) planejar e coordenar as ações militares destinadas à garantia da lei e da ordem, em qualquer parte do território nacional, conforme determinado pelo Presidente da

República, observadas as disposições deste Decreto, além de outras que venham a ser estabelecidas, bem como a legislação pertinente em vigor;

c) constituir órgãos operacionais, quando a situação assim o exigir, e assessorar o Presidente da República com relação ao momento da ativação, desativação, início e fim de seu emprego;

d) solicitar, quando for o caso, os recursos orçamentários necessários ao cumprimento da missão determinada, devendo diligenciar, junto aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda, no sentido de que os créditos e os respectivos recursos sejam tempestivamente liberados, em coordenação com os demais órgãos envolvidos;

e) manter o Ministério das Relações Exteriores informado sobre as medidas adotadas pela União, na área militar, quando houver possibilidade de repercussão internacional;

f) prestar apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução, bem como assessoramento aos órgãos governamentais envolvidos nas ações de garantia da lei e da ordem, inclusive nas de combate aos delitos transfronteiriços e ambientais, quando determinado;

II - do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República:

a) centralizar, por meio da Agência Brasileira de Inteligência, os conhecimentos que interessem ao planejamento e à execução de medidas a serem adotadas pelo Governo Federal, produzidos pelos órgãos de inteligência como subsídios às decisões presidenciais;

b) prover informações ao Presidente da República nos assuntos referentes à garantia da lei e da ordem, particularmente os discutidos na Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional;

c) prevenir a ocorrência e articular o gerenciamento de crises, inclusive, se necessário, ativando e fazendo operar o Gabinete de Crise;

d) elaborar e expedir o documento oficial de que trata o art. 6º deste Decreto; e

e) contatar, em situação de atuação das Forças Armadas com as polícias militares, o Governador do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o caso, a fim de articular a passagem de efetivos da respectiva polícia militar ao controle operacional do comando militar responsável pelas operações terrestres. (BRASIL, 2001, p.1).

Segundo ainda, o manual MD33-M-10 (BRASIL, 2014), além do respaldo jurídico, do amparo legal, cresce de importância à observância do uso moderado da força, levando-se em conta os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da legalidade:

[...] **Razoabilidade** consiste na compatibilidade entre meios e fins da medida. As ações devem ser comedidas e moderadas.

[...] **Proporcionalidade** é a correspondência entre a ação e a reação do oponente, de modo a não haver excesso por parte do integrante da tropa empregada na operação.

[...] **Legalidade** remete à necessidade de que as ações devem ser praticadas de acordo com os mandamentos da lei, não podendo se afastar da mesma, sob pena de praticar-se ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso (BRASIL, 2014, p.25).

3.2 A RAÇA BRASILEIRA DE HIPISMO

Há 4 milhões de anos, o homem não era especializado em nada; comia o que aparecia, de gengibre a cupim. Mas, com o aumento da população e da complexidade social, que provocou o desenvolvimento e o aumento do seu cérebro, muitas tribos abandonaram a coleta e a caça e passaram a explorar melhor os recursos das regiões em que viviam. Na Ásia Central, em algum ponto entre o Mar Negro e o Cáspio, há cerca de 6 mil anos, surgiram alguns agrupamentos humanos que se especializaram em manejar cavalos (BJARKE RINK, 2008, p. 34).

No intuito de se obter um maior entendimento sobre o a Raça Brasileira de Hipismo, se faz necessário que se conheça, antes de tudo, o projeto que iniciou esta Raça. Não há como falar em Raça Brasileira de Hipismo, sem mencionarmos a Associação Brasileira de Criadores de Cavalos de Hipismo (ABCCH), associação esta que foi fundada em 1977, e tinha como principal objetivo criar e desenvolver animais nacionais com aptidão esportiva para o salto, adestramento e Concurso Completo de Equitação (CCE). O início da seleção ocorreu com animais já existentes no Brasil, utilizando-se rigorosos critérios para a escolha dos reprodutores oriundos de raças formadoras estrangeiras e nacionais, com comprovada qualidade para o esporte (ALVES e MIRANDA, 2017).

A Associação Brasileira de Criadores de Cavalos de Hipismo é reconhecida pelo Ministério da Agricultura como a entidade responsável pelo Serviço de Registro Genealógico

(SRG) das raças de equinos utilizadas para a prática de hipismo no país. O SRG é denominado Stud Book Brasileiro do Cavalo de Hipismo (SBBCH) (DIAS, 2000 apud ABCCH, 1998).

3.2.1 Origem e formação da Raça BH

[...] quando eu quis comprar um bom cavalo, verifiquei que no Brasil não havia criadores, os cavalos das hípicas eram os refugos dos jóqueis ou os trazidos da Argentina. Fui, então, conhecer a Associação Argentina de Fomento Equino, que fazia uma excelente seleção do cavalo Anglo-Argentino. Comprei dois garanhões, Lancero e Chifle “Aliage”, e seis éguas, iniciando a criação de cavalos de hipismo no Brasil. Lancero foi montado pelo coronel Renyldo Ferreira e Chifle, pelo José Roberto Reynoso Fernandes, o “Alfinete”, ambos sagrando-se campeões no salto (ENIO MONTE, 2009, p. 7).

Percebe-se pelo trecho acima, extraído de uma entrevista que Enio Monte concedera a revista Santo Amaro a Galope, que não existiam no Brasil bons cavalos criados especificamente para as seguintes modalidades desportivas: Salto, CCE e Adestramento. Crescia naquele momento a necessidade de se ter uma raça de Cavalos Brasileiros que fossem vocacionados para as modalidades acima citadas e não mais que se aproveitassem refugos de jóquei. Dessa forma, começam a ocorrer os cruzamentos de cavalos garanhões com matrizes brasileiras, éguas nacionais selecionadas para o esporte hípico com raças especializadas no hipismo.

Inicialmente, a criação baseava-se em cavalos Anglo-Argentinos e Puros Sangues Ingleses (PSI), no entanto com a percepção de que as melhores linhagens de cavalos eram europeias, começaram a ser feitos os cruzamentos das raças especializadas, como Hanoveriana, *Trakehner*, *Holsteiner*, *Westfalen*, Sela Francesa e Anglo- Argentina com éguas nacionais, originando- se assim o Cavalo Brasileiro de Hipismo (ENIO MONTE, 2009).

A partir destes cruzamentos o Brasil passaria a ter uma raça de cavalos produzidas no Brasil, hoje ainda não conta com uma raça pura, genuinamente brasileira, uma vez que ainda não possui um *Stud Book* Brasileiro do Cavalo de Hipismo – SBBCH fechado, ou seja, a raça brasileiro de hipismo ainda não possui uma identidade própria como as raças Hanoveriana, *Trakehner*, *Holsteiner*, *Westfalen*, Sela Francesa e Anglo- Argentina.

Inicialmente, por ocasião dos cruzamentos genéticos, utilizavam-se garanhões importados e nacionais registrados em outras associações (Hanoveriana, *Trakehner*, *Holsteiner*, *Westfalen*, Sela Francesa e Anglo-Argentina), sempre reconhecidos por suas aptidões para os esportes hípicos (polo, enduro, salto, adestramento e concurso completo de equitação). Esses primeiros garanhões são reconhecidos como animais de raças formadoras. Paralelamente, foram utilizadas éguas nacionais, com ou sem genealogia conhecida, desde que apresentassem características funcionais e morfológicas necessárias para os esportes hípicos. Essas fêmeas são denominadas éguas base (ABCCH; SBBCH *apud* Dias et al, 2000).

Neste sentido, para um animal ser considerado puro da raça Brasileiro de Hipismo, ele deve ser resultante:

[...] do cruzamento de garanhões aprovados pelo "Stud Book" Brasileiro do Cavalo de Hipismo de uma das raças formadoras ou de garanhões da raça Brasileira de Hipismo (BH) com éguas de outras raças formadoras, ou com éguas base e, ainda, com éguas Brasileiras de Hipismo (ABCCH; SBBCH *apud* DIAS et al, 2000).

Na formação da raça Brasileiro de Hipismo têm sido utilizadas as raças de cavalo mais aptas aos esportes hípicos (ARRUDA, 2009 *apud* PROUDET et al, 2006).

Figura 1 – Frequência (%) das raças de garanhões e éguas utilizadas na formação da raça Brasileiro de Hipismo.

Raça	Garanhão	Égua
Anglo-Arabe	2,7	-
Animais Base	1,0	42,8
Brasileira de Hipismo	8,7	36,2
Budjorney	1,5	-
Hanoverana	16,1	-
Holsteiner	9,6	-
Oldenburger	3,6	-
Orloff	1,2	-
Puro Sangue Inglês	20,9	10,8
Rheinland	1,0	-
Sela Argentina	2,0	1,9
Sela Belga	2,5	-
Sela Francesa	5,3	-
Sela Holandesa	2,1	-
Trakehner	8,2	-
Westfalen	10,5	-
Outras ¹	1,5	5,6
Sem pais conhecidos	1,5	2,8

Fonte: ARRUDA (2009 *apud* DIAS et al, 2000).

Ao analisarmos a tabela acima pode-se concluir que as principais raças utilizadas na formação da raça BH foram:

a) Garanhões: Puro Sangue Inglês (20,9%), Hanoverana (16,1%), Westfalen (10,5%), Holsteiner (9,6%) e Trakehner (8,2%), além de machos da própria raça Brasileira de Hipismo com contribuição de 8,7%;

b) Fêmeas: éguas base (42,8%), que são éguas nacionais com ou sem genealogia conhecida, Puro Sangue Inglês (10,8%) e éguas da própria raça Brasileira de Hipismo (36,2%) (ARRUDA, 2009, p.73).

Apesar de a raça ser relativamente recente, o BH já é reconhecido internacionalmente pelas importantes conquistas em torneios internacionais, figurando, inclusive, na *World Breeding for Sport Horses*, entidade internacional que reúne as mais importantes associações de raças de cavalo utilizadas para a prática desportiva hípica no mundo (ARRUDA, 2009 *apud* DIAS et al, 2000; D`ANGELIS et al, 2006).

Exemplificando essa afirmação, tem-se que a equipe brasileira de hipismo, utilizando cavalos da raça Brasileiro de Hipismo, conquistou a inédita medalha de bronze nos Jogos Olímpicos de Atlanta, em 1996. Hoje em dia, nos concursos hípicos de salto de obstáculos a maioria dos cavalos inscritos tem como registro a Raça BH, uma tendência que deve ser seguida em competições internacionais (ARRUDA, 2009 *apud* PROUDET et al, 2006).

A partir do momento que a raça BH possuir um SBBCH fechado, os cruzamentos genéticos ocorrerão entre garanhões e matrizes BH, tornando a raça genuinamente pura. Atualmente a Coudelaria de Rincão do Exército, tem-se consolidado como um centro de excelência na atividade da inseminação artificial, e por consequência, na formação de uma raça cada vez melhor de cavalos da raça BH.

3.2.2 A Raça Brasileiro de Hipismo e suas características

Por ser uma raça que ainda não apresenta o *Stud Book* fechado, a raça Brasileiro de hipismo encontra-se em processo de formação e sua caracterização fica um pouco prejudicada, uma vez que estão em progresso programas de melhoramento genético da raça. Pode-se destacar no âmbito do Exército Brasileiro a evolução do padrão de excelência da Coudelaria de Rincão, que vem trabalhando para melhorar ainda mais as qualidades da raça.

O cavalo Brasileiro de Hipismo é leve, ágil, possui um temperamento dócil, de grande porte (1,65 m para as fêmeas e 1,68 m para os machos), estrutura forte, linhas harmoniosas, com andaduras ágeis, elásticas e extensas (ARRUDA, 2009 *apud* PROUDET et al, 2006).

De acordo ainda com Arruda (2009), O cavalo da raça BH é possuidor das características necessárias ao cavalo militar, quais sejam: formas harmônicas, temperamento dócil, atenção, inteligência, valentia, dentre outras que abordaremos melhor no item 3.3.4 do presente trabalho,

o qual abordará as qualidades físicas e morais inerentes ao cavalo utilizado no policiamento montado (apud VIANA; ORLANDO, 2007).

Destacam-se como características da raça BH a docilidade, a facilidade de manejo, as boas andaduras, a resistência e o bom porte físico. Alheio a estas características, se pode citar ainda que são animais de boa índole, aclimatados, de linhagem e robustez aprimorada. A junção dessas características proporciona um impacto visual e psicológico na população (ARRUDA, 2009 *apud* RCAT; SILVA, 2008).

Arruda (2009) relata ainda que tanto os serviços prestados no policiamento montado, quanto no emprego em operações de choque, o cavalo da raça BH é reconhecido no âmbito da polícia militar e do exército. É uma raça com a musculatura bem desenvolvida, o que é excepcional tanto para a ostensividade, como para o efeito psicológico e execução das operações. Tais conceitos encontram-se melhores detalhados no item 3.3, que aborda sobre o emprego da Tropa Montada em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (*apud* Oliveira, 2008).

O cavalo Brasileiro de Hipismo é um animal vivaz, corajoso e determinado e, ainda sim, de um temperamento dócil. “Estas características atendem plenamente ao policiamento montado e operações de choque, por não se rebelarem com facilidade e no momento de enfrentar manifestações são controláveis e determinados ao confronto” (ARRUDA, 2009, p.75 *apud* OLIVEIRA, 2008, p.24).

3.2.3 Características Morfológicas da Raça Brasileira de Hipismo

Antes de apresentarmos as características necessárias para um cavalo de policiamento montado, apresentaremos as características gerais adequadas para um bom cavalo de sela.

Arruda (2009), afirma que: “A aptidão de um cavalo depende da competência do cavaleiro, da idade, do porte, da força e da habilidade do cavalo, bem como da sua saúde e caráter (isso sem considerar as características e condições do cavaleiro)” (ARRUDA, 2009, p. 48 *apud* SILVER, 2000, p.21).

Existem, genericamente, dois tipos de cavalo que podemos tomar por base para o nosso estudo, o cavalo de tiro pesado, cavalo este com o corpo volumoso e perfil superior convexilíneo, sendo utilizado para trabalhos pesados e de tração. Já o segundo tipo, o cavalo de sela, este é utilizado para montaria (ARRUDA, 2009 apud ROMASZKAN, 1992).

O Cavalo de montaria é o cavalo mais específico para o policiamento montado, uma vez que o militar utiliza o cavalo como meio de locomoção e transporte, utilizando a sela e o material de arreamento.

Dessa forma, delimitar-se-á o estudo das características físicas e morfológicas de um cavalo de sela, tendo em vista este tipo ser o utilizado no policiamento montado.

Abaixo, ALVES e MIRANDA (2017), explicitam o primeiro passo para que seja feita a avaliação morfológica de equinos:

[...] As avaliações morfológicas são um primeiro e importante passo na seleção de animais e devem ser amplamente compreendidas por criadores, cavaleiros, veterinários e outros profissionais envolvidos com o BH (ALVES e MIRANDA, 2017, p.9).

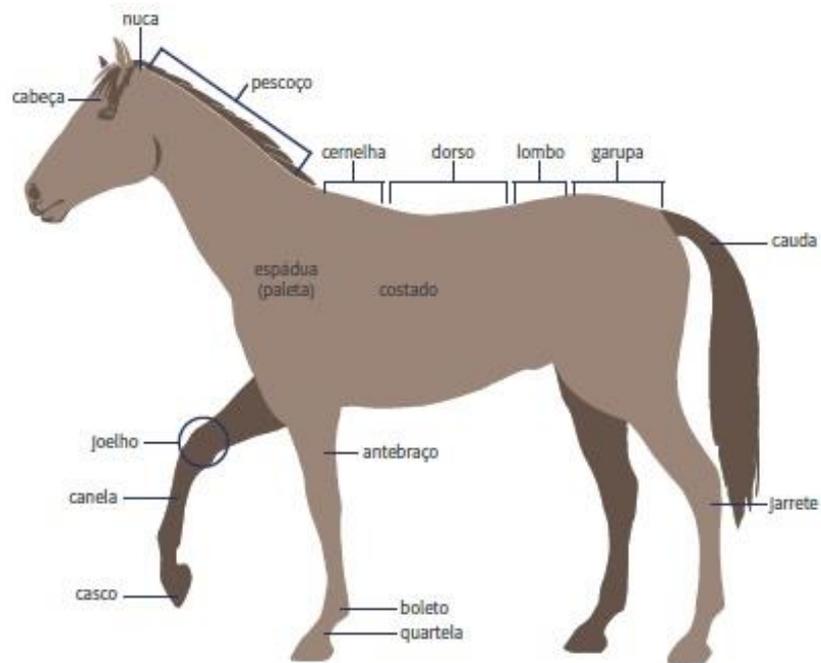
Percebe-se no fragmento acima o papel importante da morfologia na seleção de animais, uma vez que a correta conformação do animal para determinado fim irá potencializar suas características positivas em detrimento de suas limitações. Tal conformação irá possibilitar ao animal executar os movimentos que lhe são devidos com habilidade, precisão, velocidade e vigor físico (ALVES e MIRANDA, 2017).

Como dito anteriormente, a conformação adequada potencializa qualidades, o que não quer dizer que animais que possuem uma conformação “fora do padrão” não vão servir para o fim a que se destinam, uma vez que já houve relatos de cavalos com baixas estaturas, por exemplo, que foram grandes esportistas.

Segundo ALVES e MIRANDA (2017), a primeira avaliação do cavalo deve ser feita através de uma visualização lateral do animal, na qual o animal deve estar com todos os membros apoiados no chão, de modo que o membro torácico (anterior) e pélvico (posterior) estejam dispostos de acordo com o campo de visão do avaliador. Através de uma visão geral inicial será capaz de se observar características desejáveis como: proporções equilibradas, facilidade de posicionamento e manutenção da posição com a distribuição de peso nos quatro membros.

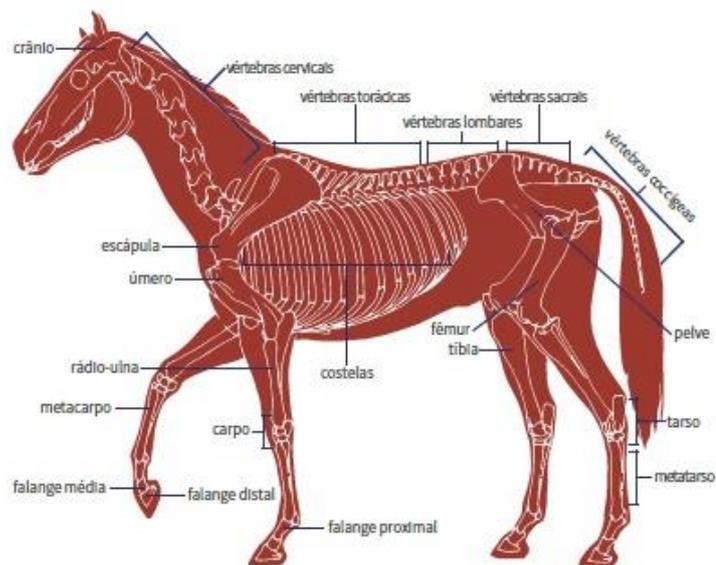
Antes de entrarmos na análise propriamente dita, precisamos estabelecer e situar o leitor sobre alguns conceitos que aparecerão adiante em nosso trabalho. Abaixo apresentaremos duas figuras, a primeira diz respeito às nomenclaturas zootécnicas (figura 2) e a segunda, diz respeito à estrutura óssea do cavalo (figura 3).

Figura 2 – Estrutura do equino – Nomenclaturas Zootécnicas



Fonte: ALVES e MIRANDA (2017)

Figura 3 – Estrutura óssea



Fonte: ALVES e MIRANDA (2017)

3.2.3.1 Geometria

A geometria deverá ser avaliada de forma que se tente isolar o pescoço e a cabeça do cavalo da avaliação, dessa forma podemos definir qual o formato do corpo do animal, quadrado ou retangular. A geometria é analisada através da mensuração do comprimento do cavalo, tomando-se por base, a ponta da articulação do ombro até o fim da garupa, como pode ser observado através das figuras abaixo.

Figura 4 – Geometria retangular (esquerda) e Geometria quadrada (direita).



Fonte: ALVES e MIRANDA (2017).

Quando o animal apresenta altura de sua cernelha igual ao seu comprimento, dizemos que esse animal apresenta uma geometria quadrada; se esse o comprimento do animal é maior que o de sua cernelha, temos um animal com geometria retangular.

Segundo, ALVES e MIRANDA (2017), cavalos que apresentam geometria quadrada geralmente requerem mais de sua flexibilidade, visando o galope com passadas amplas, já animais com geometria retangular possuem maior facilidade de desequilíbrio. Os cavalos de geometria quadrada são naturalmente mais equilibrados e fazem um melhor uso de seu corpo devido a sua conformação. Portanto são mais fáceis de trabalhar, sendo adequados para cavaleiros amadores. Os cavalos de geometria retangular, por sua vez, irão necessitar de um bom trabalho, para que façam uso correto de seu corpo, devido a sua conformação não ajudar, facilitando o desequilíbrio.

Cabe salientar que apenas a avaliação geométrica não é capaz de determinar a capacidade de um cavalo como sendo bom ou ruim para determinado fim, uma geometria quadrada, é uma ligeira vantagem a mais para o cavalo, uma vez que apresenta uma conformação mais compacta, mais equilibrada, sendo dessa forma mais fácil de trabalhar.

3.2.3.2 Uphill x Downhill

Alheio a geometria, uma avaliação que também deve ser feita diz respeito a conformação *uphill* ou *downhill*, Segundo ALVES e MIRANDA (2017), se tem um cavalo *uphill*, quando a altura de sua cernelha é igual ou superior à altura do ponto mais alto de sua garupa, e *downhill*, quando a altura de sua cernelha é menor em relação à altura do ponto mais alto de sua garupa.

Ser *uphill* ou *downhill* está diretamente ligado a distribuição do peso no centro de gravidade do cavalo, um cavalo *uphill*, terá mais facilidade de engajar os seus posteriores, uma vez que a sua garupa encontra-se em um plano mais abaixo ou igual ao plano de sua cernelha, além disso, tendo sua cernelha em um plano igual ou superior a sua garupa, tem-se que o deslocamento de seu centro de gravidade irá aliviar o peso de suas espáduas, o que irá requerer um maior trabalho muscular em sua porção posterior. No cavalo *downhill*, o centro de gravidade é deslocado para frente, uma vez que a cernelha está abaixo da garupa, fazendo com que sobrecarregue a frente do equino.

Figura 5 – Uphill (acima) e Downhill (abaixo).



Fonte: ALVES e MIRANDA (2017).

3.2.3.3 Cabeça

A avaliação da cabeça é estritamente subjetiva, sendo destacado abaixo o que deve ser observado:

A importância da avaliação recai sobre a simetria entre as estruturas da cabeça. Narinas, olhos e orelhas devem possuir tamanho e posicionamento similares. Quaisquer protuberâncias ou afundamentos ósseos, além de despigmentação nas áreas sem pelo, são indesejáveis. O animal deve possuir lábios firmes e uma cabeça de tamanho proporcional à sua silhueta, com olhos expressivos e uma feição calma, porém atenta (ALVES e MIRANDA, 2017, p.20).

Segundo ARRUDA (2009, p. 51, apud SILVER, 2000, p. 23), “a cabeça deve ser alerta, mantida com elegância, não devendo ser demasiadamente grande. Animais com cabeça pesada são, geralmente, pesados nas rédeas”. Devemos sempre ter em mente que tudo que possa facilitar a nossa equitação deve-se ser utilizado, e não há dúvidas que um cavalo que não pesa na mão, que aceita sem reagir ao contato do cavaleiro é o mais indicado para o policiamento montado.

Figura 6: Cabeça leve (esquerda) e cabeça pesada (direita).



Fonte: ALVES e MIRANDA (2017).

3.2.3.4 Pescoço

A avaliação deve ser feita quanto ao comprimento e à sua orientação.

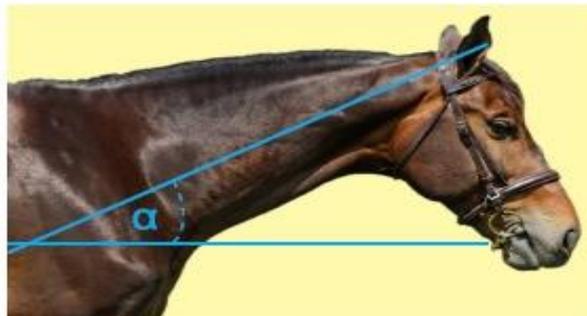
[...] O comprimento é medido entre a nuca e o centro da escápula (maior osso da paleta), por meio de um tracejado em linha reta. Essa medida é comparada ao comprimento de dorso-lombo do cavalo (o qual é medido entre o final da cernelha e a região lombo-sacral) para determinar se o pescoço é longo ou curto (ALVES e MIRANDA, 2017, p.22).

De maneira prática, deve-se observar a proporcionalidade de tamanho do pescoço com os demais segmentos do corpo do animal.

Quanto à orientação do pescoço, esta pode ser horizontal ou vertical, para descobrir a correta deve-se avaliar a posição natural da cabeça do cavalo, quando ele não estiver em descanso ou atenção extrema.

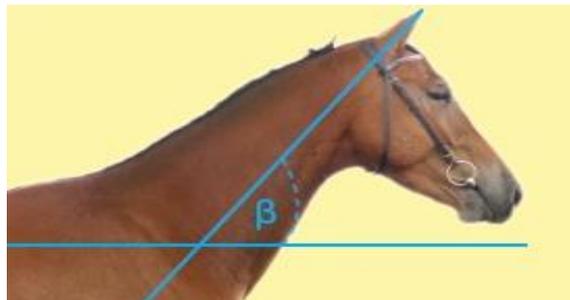
[...] Uma dica importante é colocar o animal ao passo, e vê-lo se movimentar de forma relaxada e natural. Avalia-se, portanto, a distância média entre o ponto mais baixo da cabeça durante a deambulação e o mais alto, sendo esta a posição ideal para avaliação da orientação do pescoço (ALVES E MIRANDA, 2017, p.22).

Figura 7: Pescoço – orientação horizontal.



Fonte: ALVES e MIRANDA (2017).

Figura 8: Pescoço – orientação vertical.



Fonte: ALVES e MIRANDA (2017)

Em uma avaliação morfológica, o pescoço ideal segue a prerrogativa da média, ou seja, comprimento e orientação intermediários são favoritos na maioria das situações.

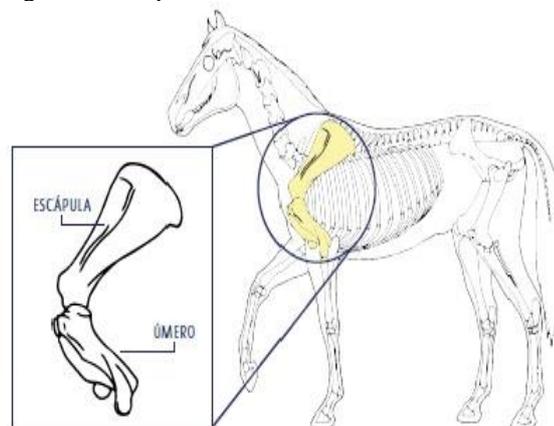
3.2.3.5 Paleta

A paleta ou espádua é avaliada quanto a sua angulação e ao seu tamanho. Uma paleta é considerada angulada quando o ângulo entre a crista da escápula e a articulação do ombro é igual ou superior a 40° e considerada vertical caso este ângulo seja inferior a 30° . Na aferição do tamanho, deve-se avaliar a área triangular que compreende os ossos que compõem a paleta (escápula e úmero) (ALVES e MIRANDA, 2017).

Ao analisarmos sobre a angulação da paleta, podemos ter uma interpretação errônea de que, quanto mais angulada e maior a espádua, melhor será. No entanto, se assim for, mais peso irá se acumular no conjunto de frente do animal, dificultando a liberdade dos movimentos, além de incorrer em maiores impactos sobre os tendões, ossos e ligamentos dos membros anteriores. O que a longo prazo irá resultar em um animal baixado, e sem condições de cumprir a sua missão de policiamento.

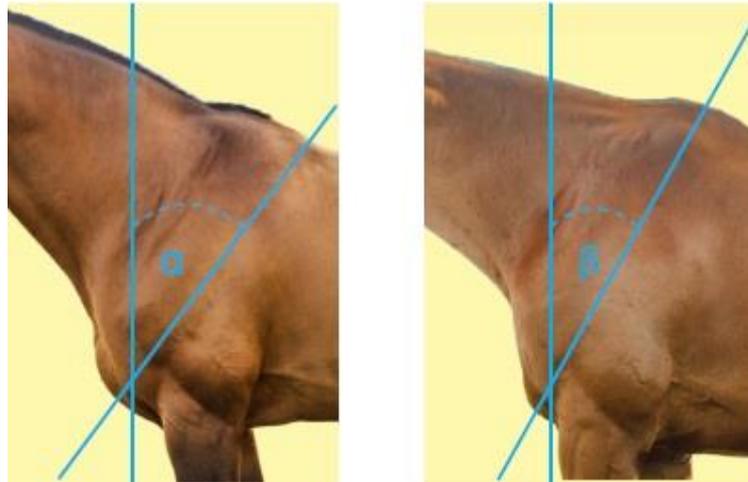
São então desejáveis as espáduas que confirmam liberdade de movimento aos membros anteriores, tanto durante o alongamento quanto em flexão, possuindo musculatura farta, mas delgada e flexível, de forma que se minimizem as lesões e dê melhores condições ao cavalo de atuar em missões de policiamento.

Figura 9: Escápula e úmero



Fonte: ALVES e MIRANDA (2017)

Figura 10: Paleta angulada (esquerda) e paleta vertical (direita)



Fonte: ALVES e MIRANDA (2017)

3.2.3.6 Cernelha

Segundo ALVES e MIRANDA (2017, p.30) “a cernelha pode ser avaliada quanto ao seu comprimento, sendo curta ou longa, e quanto à sua proeminência, sendo ‘destacada’ ou ‘emplastada’”.

É desejável que a posição da sela esteja o mais próximo quanto possível seja do centro de gravidade do cavalo, de forma que não afete o seu equilíbrio natural, ou que afete o mínimo possível. A cernelha ou garrote deve ser suficiente musculosa para sustentar o peso do cavaleiro, a cernelha proeminente é a mais desejável, uma vez que irá permitir uma maior liberdade de movimentos das espáduas do animal. Já a cernelha excessivamente proeminente está mais propensa a lesões de garrote, devido ao uso da sela e do peso do cavaleiro, fato que também ocorre quando a cernelha é curta.

Figura 11: Cernelha curta (esquerda) e cernelha longa (direita)



Fonte: ALVES e MIRANDA (2017)

Figura 12: Centro de gravidade do cavalo



c. Centro de gravidade do cavalo.

Fonte: ALVES e MIRANDA (2017)

3.2.3.7 Dorso/ Lombo

Localizado entre o final da cernelha e a cauda do cavalo, é região do cavalo responsável por sustentar o cavaleiro. O dorso pode ser classificado em longo ou curto, e também quanto à sua cobertura muscular e retidão. Um dorso-lombo curto tem grande capacidade de sustentação, uma vez que o peso sobre ele é melhor distribuído, apesar de exibir pouca flexibilidade, em contrapartida, um dorso-lombo grande, o peso não é bem distribuído, apesar de apresentar mais flexibilidade.

O comprimento do dorso- lombo está em grande parte relacionado à geometria do cavalo, onde o cavalo que apresenta uma geometria quadrada, mais compacta, apresenta um dorso curto, e um cavalo que apresenta uma geometria retangular, mais comprida, apresenta um dorso longo. Portanto, sua flexibilidade, retidão (reto ou “selado”) e sua capacidade muscular são complementares à avaliação geométrica.

Em animais com idade avançada, é comum o arqueamento do dorso-lombo, o que popularmente caracteriza-se um cavalo “selado”. A reduzida musculatura de lombo dificulta a propulsão e engajamento dos posteriores, limitando a potência do animal. A musculatura excessiva pode ser vantajosa, desde que seja acompanhada de flexibilidade.

Um comprimento de dorso- lombo intermediário, que mostre boa cobertura muscular sem ser demasiadamente forte e pesado, permitindo sustentação e flexibilidade, é o desejado.

A melhor opção quanto ao dorso-lombo é sempre unir equilíbrio, flexibilidade e potência suficientes para o tipo de cavaleiro que queremos atender. Cavaleiros amadores lidam melhor com cavalos bem equilibrados e flexíveis (ALVES e MIRANDA, 2017).

Figura 13: Dorso lombo-curto (esquerda) e dorso-lombo longo (direita)



Fonte: ALVES e MIRANDA (2017)

3.2.3.8 Garupa

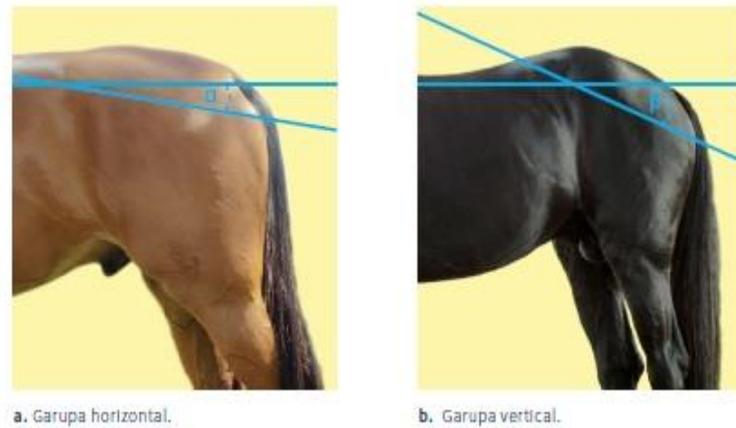
Sua orientação é feita quanto a sua orientação, podendo ser vertical ou horizontal, e deve ser feita da seguinte maneira:

[...] é estabelecida por meio da aferição do ângulo formado por uma linha reta imaginária que une as protuberâncias dos ossos da pelve (tuberosidade ilíaca e tuberosidade isquiática) e a linha reta tracejada paralela ao solo, no nível da tuberosidade isquiática (ALVES e MIRANDA, 2017, p.36).

Outro critério de avaliação é quanto ao seu comprimento, podendo ser longa ou curta, quando comparada ao costado, ao dorso-lombo e à paleta (ALVES e MIRANDA, 2017).

Na avaliação da morfologia busca-se uma garupa ligeiramente oblíqua, grande, sem ser muito longa, com suficiente cobertura muscular, sem criar a impressão de ser arredondada. Destaca-se a influência da garupa nos membros posteriores, onde contribui para que a pressão neles seja bem distribuída e permita amplitude e o engajamento dos mesmos durante o movimento.

Figura 14: Garupa horizontal (esquerda) e garupa vertical (direita)



Fonte: ALVES e MIRANDA (2017)

3.2.3.9 Membros

[...] O tronco do cavalo se situa sobre os membros anteriores e os posteriores. Esses, por assim dizer, correspondem aos braços e pernas de um homem. Contudo, a comparação termina aí, uma vez que será demonstrado que a divisão das partes dos equinos difere da dos humanos (ARRUDA, 2009, p.58 *apud* ROMASZKAN, 1992).

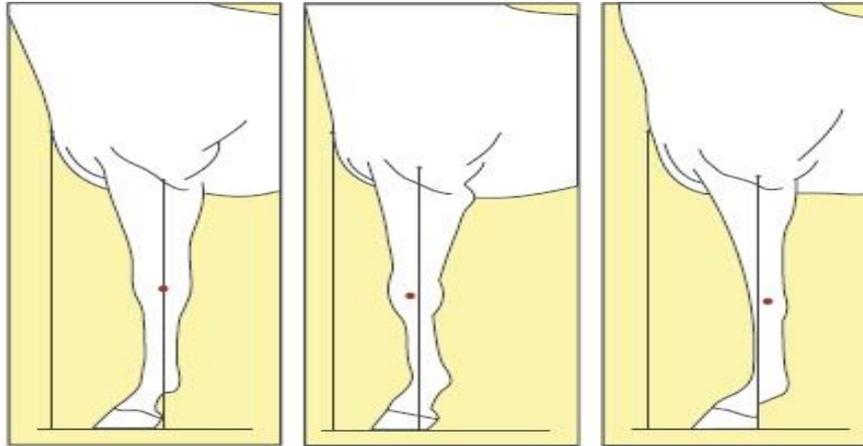
Os membros do equino são avaliados de acordo com a disposição e apresentação dos ossos e articulações a partir do antebraço ou perna em relação ao solo. Deve-se ainda analisar alguns outros fatores como posicionamento, comprimento, largura dos ossos e tamanho das articulações.

Do ponto de vista de saúde, os membros desempenham um importante papel. O peso do cavalo repousa sobre os membros com grande pressão, em virtude da pequena área dos cascos em relação ao restante do corpo. Logo, uma correta e boa conformação contribui para a distribuição homogênea do peso sobre os tendões, ossos e ligamentos, diminuindo as chances de problemas ortopédicos (ALVES e MIRANDA, 2017).

Analisando os **Membros Torácicos (anteriores)**, percebe-se que em uma **visualização lateral**, classificam-se as alterações morfológicas em **“ajoelhado”** e **“transcurvo”**. Imagine-se uma linha imaginária que ligue em sequência o antebraço, joelho e canela. Quando o joelho ultrapassa o plano traçado por essa linha, temos uma alteração que se denomina “ajoelhado” e quando ele antecede ligeiramente, temos o que se chama de “transcurvo”. O ideal é que não

haja nenhuma angulação entre essas linhas e que o animal consiga manter o membro em um ângulo reto em relação ao solo (ALVES e MIRANDA, 2017).

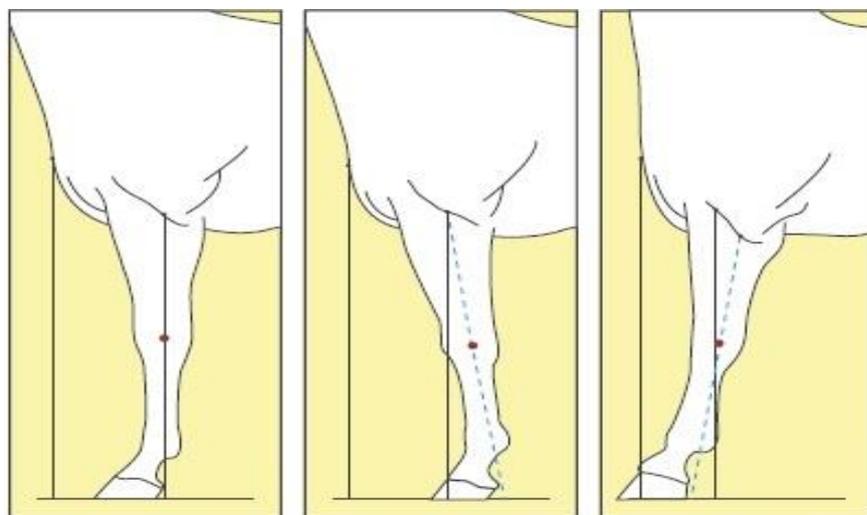
Figura 15: Membros Anteriores – Regular, “ajoelhado” e “transcurvo”, respectivamente



Fonte: ALVES e MIRANDA (2017)

Com o cavalo em postura confortável, em um terreno plano e com total apoio nos quatro membros, traçam-se linhas imaginárias partindo dos membros anteriores em relação ao solo em direção caudal, considera-se o animal como “sobre-si” ou debruçado de frente. Quando esta mesma linha está deslocada cranialmente, considera-se o animal como “acampado” (ALVES e MIRANDA, 2017).

Figura 16: Membros Anteriores – Regular, “sobre-si” e “acampado”, respectivamente



Fonte: ALVES e MIRANDA (2017)

Tais alterações podem ser conformacionais, e são sempre indesejáveis, o ideal é que o cavalo seja regular. Tais alterações podem ser temporárias, devido a alguma dor ou lesão existente no membro.

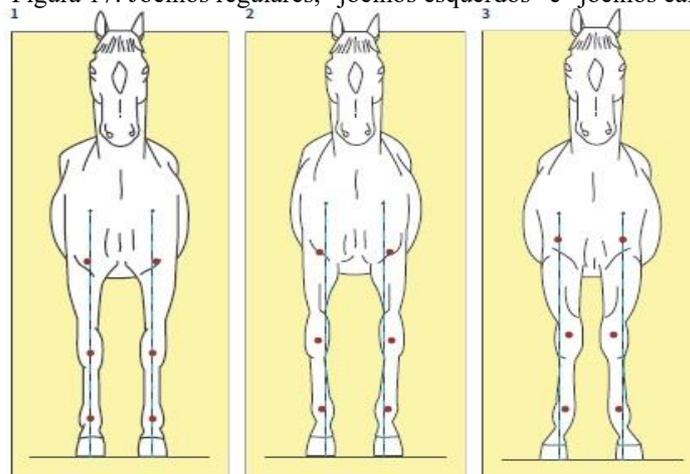
Analisando os Membros Torácicos anteriores, percebe-se que em uma **visualização frontal**, os bons aprumos vistos de frente, são aqueles em que se é possível estabelecer uma linha reta com origem no ombro e traçada até o ponto medial do joelho, que segue até o meio do boleto, dividindo o casco em duas partes iguais. Para que se consiga realizar essa observação, deve-se o cavalo está em um terreno plano, apoiado sobre os anteriores, estando o casqueamento e o ferrageamento bem equilibrados.

Segundo ALVES e MIRANDA (2017):

A avaliação dos membros vistos de frente pode ser complementada por meio da visualização da movimentação do cavalo, na qual observa-se se os membros se movimentam retilineamente e sem alterações de equilíbrio quando em suspensão. Em um julgamento, essa avaliação é chamada de “**aprumos dinâmicos**” (ALVES e MIRANDA, 2017, p. 42, **grifo nosso**).

Quando se visualiza os joelhos para fora da linha imaginária traçada, considera-se o cavalo como “joelhos esquerdos”. Já joelhos ligeiramente para dentro dessa linha denominam-se “joelhos cambaios”. Em ambos os casos teremos pontos de estresse elevados, ficando assim propensos a problemas de saúde.

Figura 17: Joelhos regulares, “joelhos esquerdos” e “joelhos cambaios” respectivamente



a. 1. Joelhos regulares / 2. Joelhos esquerdos / 3. Joelhos cambaios.

Fonte: ALVES e MIRANDA (2017)

Segundo ALVES e MIRANDA (2017, p.43): “A seleção para bons aprumos tem relevância indiscutível, mas a herdabilidade dessas características ainda é incerta. Atualmente, existem muitos recursos para a correção de desvios leves em potros, por meio de nutrição adequada, fisioterapias e casqueamento”.

De acordo com Arruda (2009, *apud* Brasil, 2007), quando se avalia um equino para seleção genética, compra ou avaliação da capacidade laboral, as características dos aprumos constituem um aspecto muito importante a ser considerado.

Os aprumos refletem o exato equilíbrio harmônico da distribuição de forças e do peso para cada um dos membros do cavalo. Esta distribuição proporciona estabilidade de condução da sustentação e propulsão, permitindo a realização de movimentos com perfeição, elegância e segurança (ARRUDA, 2009, p.59 *apud* BRASIL, 2007, p. 58).

Ao se analisar os **Membros Posteriores** do cavalo, temos que estes funcionam como um mecanismo de alavanca. “A partir da abertura e do fechamento de três ângulos localizados nas articulações do quadril, joelho e jarrete existe geração de energia para propulsão do cavalo para frente e para cima” (ALVES e MIRANDA, 2017, p.44).

Os posteriores são, portanto, responsáveis pela impulsão do cavalo no plano e no salto. Especificamente no nosso estudo, abordaremos o foco no plano, uma vez que o salto não é objetivo específico deste trabalho. Tendo disto isso, é de fundamental importância para as operações militares que tenhamos um cavalo impulsionado, que queira sempre ir à frente, seja para atravancar uma situação de perturbação da ordem pública ou para escapar de uma situação de perigo. Durante o movimento de alavanca dos posteriores, a articulação do jarrete é a mais exigida, estando sujeita a alterações de distribuição de peso e pressão, que poderão vir a ocasionar lesões futuras nas articulações, como osteoartrites (tipo de artrite que ocorre quando o tecido flexível nas extremidades dos ossos se desgasta). A visualização do animal em movimento é importante para a avaliação do uso dos posteriores, devendo ser feita ao passo, ao trote e, sempre que possível, ao galope montado.

Analisando os Membros pélvicos (posteriores), percebe-se que em uma visualização lateral, traça-se uma linha imaginária perpendicular à linha da garupa ao solo. Estabelecer-se-á como ideal o tangenciamento dessa linha na ponta do jarrete e em toda a extensão da face plantar da canela e do Boleto. Diz-se que o cavalo é “plantado de trás”, quando a ponta do jarrete está deslocada caudalmente em relação a essa linha. Analogamente, quando a ponta do jarrete estiver deslocada cranialmente a ela, diz-se que o cavalo é “avançado de trás”. Ambas as falhas são

graves, e poderão ocasionar áreas de estresse nas articulações e uma maior propensão a problemas ortopédicos (ALVES e MIRANDA, 2017, p.46).

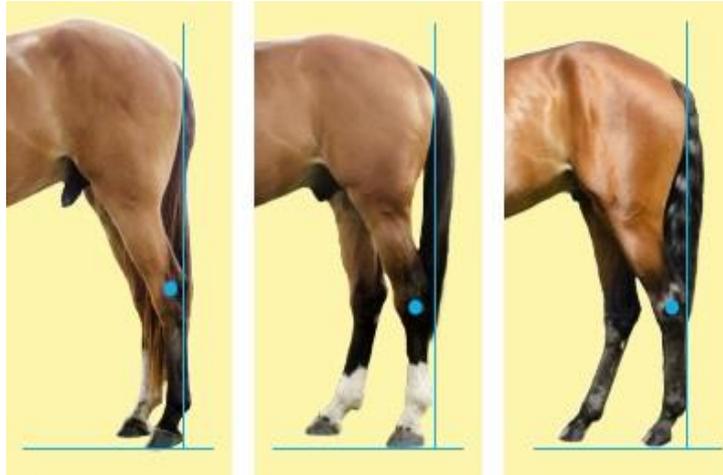
Figura 18: Membros Posteriores – Regular, “avançado de trás” e “plantado de trás”, respectivamente



Fonte: ALVES e MIRANDA (2017)

Analisando o jarrete, podemos dividir a classificação em “jarrete angulado” (quando este possuir qualquer angulação inferior a 140° delimitada pelo ângulo entre a canela e perna) e “jarrete reto”. Tal angulação não deve ser excessiva, uma vez que há a redução na capacidade de extensão do membro em jarretes muito angulados, diminuindo a potência. “Jarretes retos” oferecem menor amplitude de movimentos em flexão e extensão, realizando-os com menor flexibilidade, apesar da maior potência. A conformação reta permite uma interação direta de pressão de perna sobre a canela, levando à sobrecarga da articulação jarrete e propiciando o desenvolvimento de patologias. Independente da conformação do jarrete, este deve ser largo. Dessa maneira, intensifica-se o mecanismo de alavanca, conferindo-lhe maior potência. A conformação ideal deve ser aquela de um jarrete ligeiramente angulado, apto a realizar os movimentos de alavanca com energia, preservando a saúde óssea e articular (ALVES e MIRANDA, 2017).

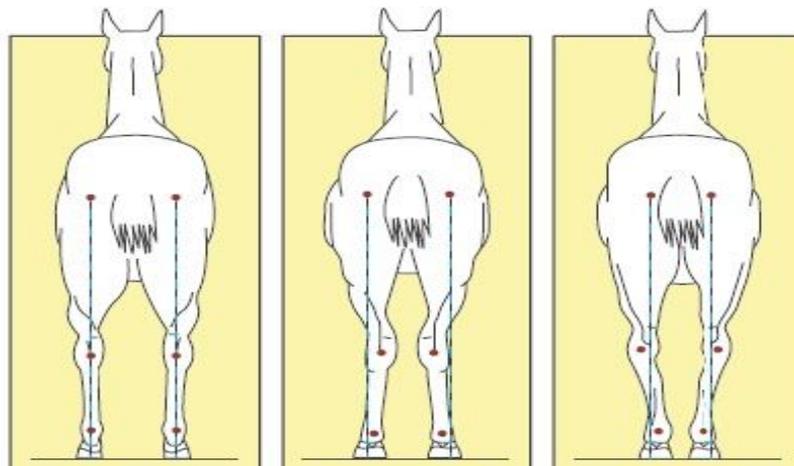
Figura 19: Membros Posteriores – Regular, “jarrete reto” e “jarrete angulado”, respectivamente



Fonte: ALVES e MIRANDA (2017).

No que tange a visualização de trás dos posteriores, pode-se dividir a mesma em regular, jarretes fechados e jarretes abertos. Para definir tal divisão, traçam-se linhas imaginárias entre os pontos médios da ponta da garupa em direção à ponta do jarrete, percorrendo a metade do boleto. “Nesse momento o conhecimento anatômico é necessário, uma vez que é difícil a visualização da orientação óssea em razão da cobertura muscular da coxa” (ALVES e MIRANDA, 2017, p. 48).

Figura 20: Membros Posteriores - Regular, jarretes fechados e jarretes abertos, respectivamente



Fonte: ALVES e MIRANDA (2017).

[...] Quatro alterações podem ser observadas. Jarretes para fora da linha tracejada a partir do ponto da garupa podem ser considerados “jarretes abertos”, sendo o animal denominado “aberto de trás”. Jarretes deslocados para dentro da linha são

considerados “jarretes de vaca”, sendo o animal classificado como “fechado de trás”. Animais com esses defeitos têm as articulações submetidas a estresse desigual e estão mais susceptíveis ao desenvolvimento de lesões (ALVES e MIRANDA, 2017, p.49).

A avaliação da qualidade do jarrete deve, portanto, levar em consideração não somente os aspectos conformacionais, mas sua eficácia ao realizar funções observadas durante o movimento.

3.2.3.10 Quartelas e Boletos

As quartelas são avaliadas quanto ao seu comprimento, sendo medida da coroa do casco ao boleto, e quanto a sua angulação. Os boletos atuam como eixo de engrenagem amortecedora dos membros do cavalo. Sobre eles incidem grande parte das pressões exercidas pelos membros anteriores e posteriores. O mecanismo de absorção de impacto é auxiliado pelas quartelas que, por sua vez devem ter tamanho e angulação condizentes para desempenhar essa função sem desgastar excessivamente os tendões e ligamentos que ali se inserem ou passam. O ângulo ideal que deve ser formado com o solo é de 45°, ângulo este determinado traçando-se uma reta originada da parede frontal do casco até a face dorsal (frente) da quartela. O tamanho da quartela deve ser mediano. Quartelas que sejam muito curtas tendem a formar ângulos maiores, em relação ao solo, e geram um maior impacto sobre a ossatura dos membros e cascos. Quartelas excessivamente longas podem levar a angulações menores, em relação ao solo, que irão ocasionar fraqueza na absorção de impactos e por consequência um prejuízo aos tendões e ligamentos (ALVES e Miranda, 2017).

Figura 21: Quartelas curtas e retas (esquerda) e quartelas longas (direita)



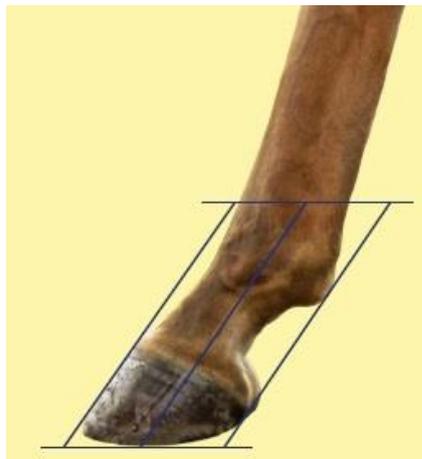
Fonte: ALVES e MIRANDA (2017).

Cabe salientar que as variações na conformação das quartelas são observadas em maior frequência nos membros anteriores, que é onde incidem a maior carga de impacto e peso.

3.2.3.11 Cascos

Os cascos representam a base dos membros do cavalo. Atuam na absorção dos impactos de locomoção e devem ser proporcionais à estrutura física e óssea do cavalo. Ao se traçar uma linha imaginária, devem ser divididos em duas partes iguais, quando vistos de frente. Visualizados lateralmente, devem exibir uma angulação semelhante, tanto na face dorsal (parede) quanto na palmar/plantar (talões), acompanhado a angulação nas quartelas (ALVES e MIRANDA, 2017).

Figura 22: Angulações adequadas



Fonte: ALVES e MIRANDA (2017).

Em termos de sustentação e absorção de impactos, temos que a conformação de cascos grandes é mais vantajosa, uma vez que é maior a superfície de contato com o solo, ficando assim o peso melhor distribuído nos cascos. No entanto, tal característica pode dificultar a execução de curvas fechadas e rápidas, quando comparada com um casco de tamanho médio e proporcional ao físico do cavalo.

“Cascos excessivamente pequenos atuarão com menor eficiência na absorção de impacto e eles sofrerão maior pressão, uma vez que a área de apoio é menor. Maior a propensão a sobrecargas musculares...” (ALVES e MIRANDA, 2017, p.53).

Ao se analisar os cascos dos membros anteriores e posteriores, percebe-se uma diferença entre eles, uma vez que os cascos anteriores tendem a ser mais circulares, enquanto os cascos dos posteriores apresentam-se mais ovalados ou em ligeiro formato de cunha.

Figura 23: Cascos grandes (esquerda) e cascos pequenos (direita)



Fonte: ALVES e MIRANDA (2017)

3.2.3.12 Ossatura e Articulações

A avaliação é feita de forma subjetiva, devendo-se observar o comprimento e o diâmetro dos ossos (principalmente os dos membros) em relação ao físico do animal, buscando sempre uma proporção e harmonia, não é o desejável que o físico seja grande a ponto de forçar demais os membros anteriores e posteriores. Da mesma forma avaliam-se as articulações, principalmente as das áreas do joelho, jarrete e boletos.

O ideal ao se procurar em um cavalo Brasileiro de Hipismo, é que ele possua articulações pouco grosseiras, sendo de possível distinção entre alguns ligamentos e ossos ali presentes. No entanto, não se deve confundir a distinção entre ligamentos e ossos ali presentes, com uma aparência fraca e de tamanho desproporcional em relação aos membros ou a silhueta do cavalo (ALVES e MIRANDA, 2017).

Figura 24: Ossatura pesada



Fonte: ALVES e MIRANDA (2017)

Figura 25: Ossatura leve



Fonte: ALVES e MIRANDA (2017)

3.2.1.13 Apreciação do conjunto

A composição genética diversificada do cavalo BH é responsável pelas diferentes características observadas entre os animais. Pode-se perceber que o foco da análise morfológica é selecionar animais saudáveis, longevos e agradáveis de montar (ALVES e MIRANDA, 2017, p.62).

Sabe-se que o cavalo perfeito não existe, e que, além disso, jamais se conseguirá um animal onde se consiga em sua totalidade reunir apenas as características boas, às vezes será necessário contrabalancear cavalos com algumas qualidades excelentes morfológicamente falando, mesclado com algumas características às vezes desvantajosas, mas que no conjunto como um todo, não irão comprometer o conjunto.

Segundo Arruda (2009), conforme citado por Decarpentry (1973) e ratificado por Romaszkan (1992), há defeitos que não podem ser atenuados por nenhuma disposição do organismo, são natos, nascem com o cavalo, tais como, estado de saúde incurável, e, portanto, devem ser considerados proibitivos quando forem acentuados na escolha do animal ideal. Contudo, há outros que podem ser tolerados quando são contrabalanceados.

ARRUDA (2009) traz ainda que a presença e a medida destas compensações devem nortear o homem no processo de escolha do cavalo ideal para o policiamento montado. Na conformação, é justamente a harmonia do conjunto que deve ser destacada (*apud* DECARPENTRY, 1973).

É de consenso geral que analisar as diversas partes de um cavalo individualmente não é o ideal e o mais aconselhável, como já dito anteriormente é a harmonia do conjunto que deve ser objeto de estudo na escolha de um cavalo ideal. Deve-se avaliar se todas as partes do equino estão harmônicas entre si. Se as suas proporções são boas, logo, o entrosamento de todas as suas partes será excelente e toda a potencialidade do animal será utilizada (ARRUDA, 2009, *apud* ROMASZKAN, 1992; DECARPENTRY, 1973).

As proporções da cabeça e do pescoço em relação ao resto do corpo são muito importantes, porque determinam o equilíbrio do cavalo e, conseqüentemente, seus movimentos e sua velocidade. Uma cabeça relativamente pesada na extremidade de um pescoço relativamente longo age como um peso suspenso, que sobrecarrega demasiadamente a região anterior. Em oposição, uma cabeça muito leve e um pescoço curto pesam sobre a região posterior e exercem uma ação desfavorável nos andamentos rápidos (ARRUDA, 2009, p.64 *apud* ROMASZKAN, 1992, p. 61-62).

Arruda (2009) menciona ainda que, a proporção dos membros em relação ao tronco é outro tópico de suma importância. Eles não devem ser muito franzinos e nem muito delgados e, principalmente, não podem ser muito longos, uma vez que não possuem muita resistência (*apud* ROMASZKAN, 1992).

A proporção entre a região posterior e a anterior é também essencial, pois representa a relação entre duas forças fundamentais – a força propulsora e a força de apoio – determinando assim o equilíbrio do animal. Quartos posteriores insuficientemente desenvolvidos têm pouca potência, e nesses casos, mesmo que a região anterior seja bem constituída, o andamento não é satisfatório. Quando ocorre o contrário, é o poder propulsor da região posterior que fica prejudicado, não podendo ser utilizado em sua capacidade total. Essa relação se exprime muitas vezes pela posição relativa da cernelha e da garupa. Os cavalos com posteriores mais altos do que os anteriores possuem, via de regra, uma força que a parte anterior não pode utilizar plenamente nem suportar por muito tempo sem causar danos. Seria a mesma coisa que ajustarmos uma hélice muito pequena a um motor muito potente. O inverso também pode ocorrer, isto é, que o cavalo seja alto na frente e baixo atrás. Nesse caso a região anterior poderia suportar um impulso muito mais poderoso do que a posterior seria capaz de fornecer (ARRUDA, 2009, p. 65 *apud* ROMASZKAN, 1992, p. 63).

Figura 26: Relação existente entre as regiões anterior e posterior. Normal, baixo de frente e alto de frente, respectivamente



Fonte: ARRUDA (2009, p.65 *apud* ROMASZKAN, 1992, p.64)

Para se concretizar um bom julgamento de um equino, examina-se e avaliam-se as qualidades e defeitos psíquicos que ele venha a possuir. Sua capacidade e potencialidade dependem efetivamente do seu caráter, de sua inteligência e de seu temperamento. É da natureza

do próprio cavalo, o temperamento muito dócil, às vezes meio temeroso. Geralmente o aparecimento da perversidade é fruto de maus tratos sofridos.

3.3 O POLICIAMENTO MONTADO

Segundo BRASIL (2017), tropa hipomóvel é aquela que apresenta condições favoráveis de emprego operacional, uma vez que possui características específicas, principalmente no que tange as Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

3.3.1 A Origem do Policiamento Montado no Brasil

A Polícia Militar por sua forte relação com a estrutura Militar, em muito se aproveitou das técnicas do Exército para o policiamento, no entanto, não é possível precisar uma data para o surgimento da Polícia Montada, haja vista estar ligado à função de patrulhamento (proteção) o que possivelmente já acontecia desde os tempos mais remotos onde o homem utilizava o cavalo para cobrir o espaço de terreno de sua propriedade ou proteção de suas posses ou tribos (MINAS GERAIS, 2013, p.25 *apud* FRANCISCO, 2007, p. 24).

Segundo Dutra (2013), o surgimento do Policiamento Montado no Brasil se confunde com a criação das próprias Polícias Militares, onde muitas delas, no início de sua criação já possuíam em seu interior, no corpo de tropa, unidades de Cavalaria, não da forma que hoje se encontram divididas, como Regimentos de Polícia Montada separados administrativamente de suas polícias, mas tinham seu espaço dentro das próprias polícias. Abaixo abordaremos a Origem do Policiamento Montado em alguns estados do Brasil

Minas Gerais (2013), cita que entre o surgimento do Regimento Regular de Cavalaria de Minas, datado de 1719, e a evolução das Capitânicas Hereditárias, a colônia tentou de diversas maneiras estabelecer forças policiais ou públicas. Em 1719 são criadas duas Companhias de Dragões para Minas Gerais pelo Rei de Portugal, Dom João V, e, ainda no fim do mesmo ano, as duas Companhias de Dragões recém-criadas se instalavam nesse território com seus cavalos e armamentos.

Em 1724, é criada a Terceira Companhia de Dragões, e a com ela se seguiu a criação dos Regimentos Auxiliares de Cavalaria para fazer face ao desenvolvimento da capitânia. As companhias foram destacadas em Ouro Preto, Rio das Velhas, Serro do Frio e Rio das Mortes. As dificuldades surgidas com a dispersão e desorganização dessas três Companhias de Dragões e dos Regimentos Auxiliares motivaram o Governador, Dom Antônio de Noronha, em 1775, a desativação das organizações existente, transformando- as, através de seleção dos melhores elementos, em Tropa Paga da Capitânia de Minas, que passou a possuir oito Companhias, instaladas no Quartel do Xavier (Regimento Regular de Cavalaria de Minas), em Ouro Preto. Nascia naquele momento o atual Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes (MINAS GERAIS, 2013)

Dutra (2013), cita ainda como a Policia Montada do Estado de Santa Catarina, a qual foi criada junto com a Força Pública, em 05 de maio de 1835, quando o então Presidente da Província, Feliciano Nunes Pires, decretou em lei provincial, que fosse criado uma Força de Segurança no território catarinense, sendo composta por um 1º Ten Comandante, um 2º Ten Subcomandante, um Cb de Cavalaria, oito soldados de Cavalaria, quatro Cb de Infantaria, trinta e seis soldados de Infantaria e um Sd corneteiro (*apud* MARCINEIRO E PACHECO, 2005).

Segundo Souza (2018), no Estado de Goiás, a Cavalaria é oriunda de 1891, quando o então Tenente Coronel Ex Braz Abrantes, sancionou a lei nº 49, de 19 de agosto de 1893, a qual criava o serviço de ordenanças e diligências perigosas. Em 1919, é criado um pelotão de Cavalaria, e são adquiridos montarias, fardamentos e equipamentos necessários. Em 1926, tendo o pelotão crescido e ganhado certo vulto, com o número de 70 animais, surge a unidade Piquete de Captura. Com o crescimento do Piquete, o governador na época, transforma a unidade em Regimento de Cavalaria Cel Dermeval de Moraes Brito. Após algumas reformas, o Regimento passa a denominar-se Esquadrão de Polícia Montada na década de 1980, vindo a voltar ao status de Regimento em 1982, com a denominação de Regimento de Polícia Montada Ary Ribeiro Valadão Filho, uma homenagem ao filho do governador da época que havia falecido.

3.3.2 Características do Policiamento Montado

O cavalo que por anos, fora empregado como simples meio de transporte, foi descoberto na atividade policial como o grande potencializador das ações dos, antes, homens a pé.

Destarte, não se pode ignorar que o cavalo impõe, pela simples presença, *ostensividade, efeito psicológico e poder repressivo*, bem como possibilita a seu cavaleiro *grande visibilidade, mobilidade e flexibilidade*, propiciando, conseqüentemente, uma significativa *economia de efetivo*. (POLICASTRO, 1995, p.36)

Percebe-se pelo trecho acima, que a imersão do cavalo a rotina do homem a pé trouxe inúmeros benefícios ao Policiamento. Podem-se observar abaixo algumas características de uma tropa montada:

3.3.2.1 *Ostensividade e campo de visão*

Uma presença ostensiva nas ruas permite que a população tenha uma sensação maior de segurança, uma vez que o simples fato da presença policial, por si só, já inibe a atuação de meliantes, caindo dessa forma, a incidência de crimes ou delitos. Quanto mais visível for a polícia menor será a atividades de agentes perturbadores da ordem pública – APOP.

Policastro (1995) defende ainda que nada é mais ostensivo que um policial a cavalo, seja pelo porte físico do animal, seja por sua posição de comandamento que o policial assume, ou ainda, pelo contraste que se produz entre os veículos ou entre a multidão.

No que concerne ao campo de visão, o homem a cavalo leva vantagem sobre o homem a pé, uma vez que fica maior do que a sua altura normal, podendo dessa forma ter um campo de visão maior e limpo a sua frente, passa a ter uma posição de comandamento sobre a situação na qual está inserido.

3.3.2.2 *Efeito Psicológico*

Segundo Policastro (1995), o cavalo devido ao seu porte físico, sua robustez, desperta o respeito das pessoas, sendo um fator de grande êxito em operações, embora esteja sobre controle do cavaleiro, o cavalo confunde a turba, multidão sobre essa relação cavalo-cavaleiro. O meliante muitas vezes não entende essa interação homem-animal, e isso causa medo, uma vez que o cavalo às vezes pode ser um ser imprevisível e mesmo sob o comando de um militar, partir pra cima de um indivíduo ou até mesmo dar um coice, ou agir de maneira não prevista ao

ser atacado. Tendo em vista este estranhamento que a imagem do cavalo passa a população, reduzem-se os riscos de enfrentamentos, justamente por não se saber quais as reações que o animal pode vir a tomar.

Em contrapartida o cavalo é um animal muito dócil, o que propícia o estreitamento de laços de militares com a população, principalmente nas grandes cidades, onde o cavalo não está tão presente no seio da população quanto em regiões de campo, dessa forma acaba por aumentar o vínculo população – policial.

3.3.2.3 *Poder Repressivo*

Outra característica importante é o porte e vigor físico do animal, bem como sua força e o poder de repressão que ele causa, simplesmente por sua aproximação, o indivíduo ao perceber um animal de 400 a 600 kg vindo em sua direção, tende a não ficar no caminho do animal ou de uma possível carga, tende a fugir do confronto direto, pois sabe que terá consequências negativas um embate com um cavalo. Esse poder repressivo cumpre sua finalidade de não enfrentamento, dispersar é o objetivo principal, uma vez que sempre que possível deve-se garantir a integridade do militar, do seu cavalo e do APOP. A tropa deve sempre estar atenta, procurando utilizar-se ao máximo do poder repressivo e ameaçador que o cavalo transmite a turba.

3.3.2.4 *Mobilidade*

Não há dúvidas, que o homem, de posse de qualquer plataforma de combate tem mais mobilidade do que quando se está a pé, e com o cavalo não é diferente, uma vez que mesmo na andadura mais lenta, o passo, pode-se percorrer distância mais rápidas do que se estivesse fazendo-as a pé. Pode-se ainda, dependendo da situação, utilizar-se das andaduras trote e galope. A andadura a ser impressa estará diretamente relacionada com o tipo de terreno e circunstância a qual estiver atuando uma determinada tropa. A velocidade regulamentar das andaduras desenvolvidas pelos cavalos são as seguintes:

- a) **Passo:** 6 (seis) quilômetros por hora ou 100 (cem) metros por minuto. Assim, 1 (um) quilômetro em 10 (dez) minutos.

b) Trote: 13 (treze) quilômetros por hora ou 220 (duzentos e vinte) metros por minuto. Percorre-se, portanto, 1 (um) quilômetro em 4 (quatro) minutos e 33 (trinta e três) segundos.

c) Galope: 19 (dezenove) quilômetros por hora ou 320 (trezentos e vinte) metros por minuto. Perfaz 1 (um) quilômetro em 3 (três) minutos e 7 (sete) segundos (Minas Gerais, 2013, p.66, *apud* Brasil, 1953).

3.3.2.5 *Flexibilidade*

O cavalo não depende de vias de acesso bem definidas, possui uma flexibilidade superior a do homem a pé, uma vez que não fica retido na multidão, conseguindo inclusive, abrir brechas e caminhos por entre a multidão, dirigindo-se a qualquer ponto de maneira mais rápida do que um policial poderia fazer se estivesse a pé.

3.3.2.6 *Economia de Efetivo*

Devido a sua robustez, é notório que um cavalo, devido as características que ele potencializa no homem, como ostensividade, efeito psicológico, poder repressivo, mobilidade e flexibilidade, confere ao policiamento uma economia de efetivo sem tamanho, podendo dessa forma vir a ampliar sua área de abrangência, de segurança e responsabilidade, com um número reduzido de homens consegue fazer as mesmas funções que necessitariam diversos homens se a operação fosse a pé (POLICASTRO, 1995).

Segundo Mendes (2017), o emprego de um homem a cavalo, equivale proporcionalmente a dez militares a pé, ratificando o que disse Policastro (1995).

3.3.3 O Emprego da Tropa Hipomóvel nas Op GLO

A semelhança das características da Tropa Montada, veremos agora o emprego da Tropa hipomóvel do Exército Brasileiro em “operações tipo polícia” ou Operações GLO, tropa esta presente nos três Regimentos de Cavalaria de Guardas do Exército Brasileiro; 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, Regimento Dragões da Independência; 2º Regimento de Cavalaria de

Guardas, Regimento Andrade Neves e 3º Regimento de Cavalaria de Guardas, Regimento Osório, localizados respectivamente em Brasília, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

O objetivo principal de uma tropa montada em Op GLO é a dispersão da multidão e não sua prisão ou detenção. A dispersão deve ser bem conduzida, uma vez que não é o ideal que os manifestantes tenham outra reunião imediata, tal dispersão visa dificultar e desmotivar uma nova investida dos manifestantes (BRASIL, 2017).

Dessa maneira, para que um pelotão hipomóvel realize suas missões a contento, cresce de importância que este tome conhecimento de alguns aspectos fundamentais inerentes ao *modus operandi* da missão, a serem observados abaixo:

3.3.3.1 *Reconhecimento*

É de suma importância para a tropa hipomóvel, uma vez que serão levantados os aspectos mais relevantes, de forma a ratificar ou retificar o planejamento inicial. É imperioso que se realize um estudo do local onde se irá atuar, a fim de serem levantadas as principais vias de acesso, distâncias, bem como suas condições de trafegabilidade. Deve-se ainda fazer um levantamento de pontos sensíveis, possíveis locais de homizio, fluxo de veículos e pessoas, possíveis rotas de fuga, locais para descanso da tropa e da cavahada entre outros aspectos.

3.3.3.2 *Terreno*

É de extrema importância, uma vez que é o local onde a tropa irá atuar, e por muitas vezes, pode-se tratar de um local novo, onde a tropa nunca atuou ou não atua com frequência. Devem ser observados características que possam beneficiar a atuação da tropa, como o tipo de calçamento, a presença de cursos d'água, se são restritivos ou impeditivos a tropa hipomóvel, pontes, obstáculos naturais e artificiais. Deve-se ainda ter a preocupação de se fazer um levantamento, um possível estudo de caso sobre a presença de locais que proporcionem cobertas e abrigos para a tropa e para os animais, bem como possíveis locais de embarque e desembarque para a cavahada.

3.3.3.3 *Grupo social*

Outro fator importante é a população, de início saber se ela é favorável ou não ao emprego da tropa, em caso de ser favorável pode ser utilizada como uma aliada a operação da nossa tropa, em caso dessa população ser desfavorável a atuação da tropa, poderá ser mais um óbice a nossa operação. É necessário verificar a predominância do grupo que habita aquela região, se há uma liderança local, tal atitude contribui para a padronização de procedimentos por parte da tropa.

3.3.3.4 *Atividade econômica principal*

Dado a ser considerado, uma vez que a atividade econômica reflete o poder econômico daquela região, daquele povo, e irá determinar, por exemplo, se a população é rural ou urbana, se é menos ou mais favorecida de recursos financeiros, entre outros. Tais questionamentos nortearão as medidas de segurança a serem empregadas, bem como o tipo de armamento a ser utilizado, e a proteção a ser utilizada pela tropa e pelos animais.

3.3.4 As qualidades físicas e morais inerentes ao cavalo utilizado no policiamento montado

[...] O emprego de homens e cavalos na atividade operacional deve estar condicionado a fatores que não comprometam o êxito da missão. Desta forma, deve-se proceder a uma avaliação contínua do perfil de cada militar e de seu desempenho, considerando seu ímpeto para a ação, controle emocional e desenvoltura a cavalo. A formação dos animais é consequência de um processo minucioso de escolha e de preparação física, técnica e emocional. Geralmente os cavalos de choque hipomóvel são empregados em ambientes conturbados, com grande quantidade de pessoas, viaturas, sons, materiais e terreno com os mais variados tipos de obstáculos (EBRE, 2009, p.55).

A seleção do cavalo é muito importante para que se tenha êxito em Operações de Garantia da Lei e da Ordem, principalmente nas operações de choque hipomóvel. Estudos e pesquisas já foram produzidos de forma que se tentasse chegar a uma raça padrão, ideal, para o emprego em Op GLO. Um animal que possuísse características tanto intimidadoras quanto

acolhedoras, a serem potencializadas de acordo com o tipo de missão que se estivesse executando.

Segundo Mendes (2017), busca-se um cavalo dócil e obediente, psicologicamente falando, uma vez que estará em constantes movimentações de pessoas; não poderá ser muito assustado, deverá sempre que possível ser calmo, concentrado, sem vícios agressivos e corajoso, tendo em vista que o cenário em que irá atuar nem sempre será o mais aprazível, poderá haver gritarias, contato físico entre outros imponderáveis.

Além disso, o animal deverá atender fisicamente ao que se espera, um cavalo com proporções adequadas, com uma estrutura equilibrada que garanta força e agilidade, combinadas com um porte elevado que possibilite vantagem psicológica, e deverá ter a pelagem uniforme entre a cavalhada (MENDES, 2017, *apud* PEREIRA 2011).

Cavalos indóceis, agressivos ou calmos demais podem prejudicar uma operação, vindo a dificultar o seu controle por parte do cavaleiro, agredindo outros animais que estejam próximos, ou civis que se encontrem no entorno. Para tanto, é necessário que se avalie também outros aspectos para a seleção de um animal, como: idade, constituição, altura, pelagem e índole do animal (MENDES 2017).

Segundo Policastro (1995), os animais devem ter boa saúde, um porte médio, altura mínima de 1,52 m, serem dóceis e de pelagem uniforme, devendo ser adquiridos entre os 3 aos 8 anos.

SOEIRO (2003), lista algumas características inerentes ao animal para que estes apresentem uma boa constituição, quais sejam: “um cavalo robusto, (...) com cabeça larga e olhos expressivos, narinas bem abertas, pescoço, peito e tórax bem amplos, musculatura bem desenvolvida e rija, aparência saudável e bom apetite, ossatura forte e seca” (SOEIRO, 2003, p.23).

MENDES (2017, *apud* POLICASTRO, 1995), diz ainda que, para que o cavalo exerça seu efeito dissuasivo perante a uma multidão ou manifestação e garanta vantagem de comandamento, campo de visão privilegiado para o militar que o monta, é necessário que este animal possua uma altura entre 1,52 m e 1,72m, não sendo muito alto, uma vez que animais muito altos podem acarretar em perda de agilidade, além de dificultar o manejo e seu transporte.

No que tange a pelagem, recomenda-se que os animais possuam pelagem uniforme, como já fora dito, e que os animais utilizados em patrulhamento ostensivo possuam pelagens claras, para que possam ser vistos de longe pela população, passando assim um efeito

psicológico repressivo sobre os indivíduos que tenham intenção de causar algum tumulto. Recomenda-se ainda que os animais de pelagens escuras sejam empregados na linha de frente, durante uma operação de choque hipomóvel, pois, sua coloração pode amenizar eventuais marcas de possíveis ferimentos causados no animal, o que abalará o moral dos manifestantes e não irá prejudicar o moral da tropa ao não precisar ver um animal ferido. (MENDES 2017).

De acordo com ARRUDA (2009), o cavalo militar é aquele com as características morfofisiológicas adequadas ao emprego militar, sendo saudável, resistente, forte e veloz. Características estas que o tornarão apto a suportar trabalhos contínuos e variados nas três andaduras (*apud* BRASIL, 2002).

Além da docilidade e de ter um bom caráter, as outras belezas e os principais pontos de força que devem ser observados em um cavalo militar são:

- Uma cabeça quadrada e bem ligada ao pescoço;
- Um olhar vivo e inteligente;
- Um pescoço proporcional e bem plantado;
- Um garrote bem prolongado para trás e ligeiramente mais alto do que a garupa;
- Uma espádua oblíqua;
- O úmero longo e bem descido;
- O antebraço forte, largo e musculado;
- Um peito ogival e muito profundo;
- Uma grande amplitude torácica;
- Um dorso bem-disposto;
- A região renal larga, com músculos atrás da sela;
- Uma garupa simétrica, longa, ligeiramente inclinada e musculosa;
- Ancas largas e salientes;
- Os músculos das nádegas, coxas e pernas bem desenvolvidos e alongados, e o mais baixos possível;
- Um flanco curto e cheio;
- Joelhos baixos, largos, espessos e bem desenhados;
- Canelas fortes e curtas;
- Jarretes largos, retos e baixos;
- Membros de tempera sólida e secos;

- Aprumos muito regulares, sobre quatro bons pés simétricos;
- Tecidos densos e consistentes (ARRUDA, 2009, p.66-67 *apud* BRASIL, 1976, p. 71).

Cabe salientar que todas essas características psíquicas e morfofisiológicas de um cavalo militar acima transcritas estão em consonância e completam ou reforçam outras características citadas neste trabalho.

Segundo Ebre (2009), os animais devem atender ainda as seguintes qualidades físicas e morais:

3.3.4.1 *Saúde*

Qualidade física, que deverá estar em perfeita harmonia, afinal de contas um animal doente não poderá ser empregado ao máximo em prol do cumprimento do dever. O cavalo deverá ter uma boa saúde, bons aprumos, estrutura muscular e óssea equilibrada, bem como seus órgãos devem estar em perfeitas condições.

3.3.4.2 *Rusticidade*

Qualidade física, que se constitui na capacidade de se recuperar rapidamente de ferimentos, aproveitar bem o ferrageamento, aceitar as variações climáticas, não perder peso ou ficar fatigado quando em viagens, bem como ter uma rápida recuperação quando acometido por doença.

3.3.4.3 *Resistência*

Qualidade física, que diz respeito ao animal aguentar condições adversas sem se abater ou adoecer, capacidade de suportar esforços físicos prolongados. A aclimação e hidratação contribuem para que essa qualidade seja evidenciada.

3.3.4.4 *Flexibilidade*

Qualidade física, que possibilita ao cavalo fazer uso de suas articulações e musculatura alongando-a e contraindo-a, a fim de dar elasticidade e harmonia a seus movimentos. A cola dá a indicação sobre flexibilidade, um porte de cola muito alto e persistente nas andaduras lentas e no alto é muitas vezes, indicação de rigidez da coluna vertebral, já em andaduras enérgicas, a “chicotada” com a cola, é muitas vezes sinal de flexibilidade.

3.3.4.5 *Agilidade*

Qualidade física, que permite a realização, sem esforço aparente, das exigências que lhe são feitas. É a prova de destreza do animal, que realiza com desenvoltura os comandos do cavaleiro.

3.3.4.6 *Força e Potência Muscular*

Qualidades físicas, sendo a força, a capacidade de deslocar sua massa e a do cavaleiro sem grande esforço ou desgaste físico. A potência muscular é a capacidade de imprimir a sustentação aos movimentos.

3.3.4.7 *Equilíbrio*

Qualidade física, que podemos definir como a perfeita distribuição de peso pelo corpo do cavalo (anteriores e posteriores, membros direitos e membros esquerdos) permitindo-lhe dispor de sua massa, à vontade, conforme as circunstâncias.

3.3.4.8 *Porte*

Qualidade física, que determina a capacidade de um cavalo de suportar uma determinada quantidade de carga. Os animais deverão ter um porte médio à grande para poder suportar o peso do cavaleiro equipado.

3.3.4.9 *Calma*

Qualidade moral, que demonstra a capacidade do cavalo em compreender e responder as exigências do cavaleiro, com concentração e sem irritação. Pode ser natural ou o resultado de um longo trabalho, o cavaleiro deve sempre procurar desenvolvê-la.

3.3.4.10 *Franqueza*

Qualidade que demonstra confiança e tranquilidade fazendo com que o cavalo suporte e enfrente quaisquer situações, pouco ou nada conhecidas, e transponha obstáculos naturais ou artificiais. Pode-se dizer que é uma coragem controlada, muitas vezes natural, consequência da coragem do cavalo, pode ser desenvolvida e até mesmo criada mediante um trabalho racional e progressivo. Deve ser sempre objeto de atenção do cavaleiro.

3.3.4.11 *Generosidade*

Qualidade moral, que evidencia a disposição com que o cavalo se doa ao trabalho, de forma larga, fiel e alegre, sem preguiça, má vontade ou restrições.

3.3.4.12 Submissão

Qualidade moral que demonstra a capacidade de obediência instantânea, leal e séria às ajudas do cavaleiro. O cavalo deve ser disciplinado, assim como seu cavaleiro, devendo o conjunto bem desempenhar suas missões.

Por fim, após uma análise destas características, se tem em mente que devemos selecionar uma raça que possua um animal que reúne a maior parte destas características, e que seja dócil, confiante e que não apresentem dificuldades de manejo (ferrageamento ou no trato diário), devendo-se ainda evitar animais baldosos, cavalos com vícios, que coiceiem os outros cavalos, cavalos que não conseguem ficar próximos a outros animais, cavalos muito assustados, ou quaisquer outras características que comprometam o bom andamento da missão.

4 METODOLOGIA

Ao confeccionar este trabalho, estabeleceu-se o estudo bibliográfico como metodologia a ser aplicada para a produção científica, na qual através de autores renomados e de publicações de vulto, procurou-se em manuais, livros, artigos publicados, legislações federais e estaduais, confrontar pensamentos para que se conseguisse atingir o objetivo geral desse trabalho.

Mendes (2017), ao abordar sobre pesquisa bibliográfica, ressalta que esta trata-se de um levantamento de toda a biografia que houver sido publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas, endereços eletrônicos entre outros (*apud* LAKATOS e MARCONI, 2008).

No tocante ao método empregado, utilizou-se o dedutivo, uma vez que a pesquisa parte de uma abordagem geral (que seria correlacionar e cruzar informações sobre as qualidades físicas e morais, juntamente com as características morfológicas da raça BH com as características desejáveis a um cavalo de policiamento montado que será empregado em Operações de Garantia da Lei e da Ordem), para o específico (comprovar ou não ser a raça Brasileiro de Hipismo é a mais apta a estes tipos de missões já citadas), mediante construções teóricas acerca dos objetivos específicos, visando resolver o problema proposto pelo objetivo geral.

Quanto a forma de abordagem utilizada, optou-se pela qualitativa, através de um trabalho exploratório - das características da raça e das características desejáveis ao policiamento montado – e explicativo.

No que concerne ao método de procedimento, o escolhido foi o dialético, uma vez que buscou-se analisar os aspectos legais do uso e emprego das forças auxiliares e forças armadas em Op GLO, bem como análise dos fundamentos doutrinários do policiamento montado.

Quanto ao tipo e a técnica utilizada, optou-se em parte pela indireta, devido a não realização de pesquisa de campo inicialmente, utilizando-se somente de pesquisas doutrinárias. A parte direta, diz respeito ao fato de mesmo não tendo sido feitas pesquisas de campo, buscou-se fundamentar a conclusão citando pesquisas de campo realizadas por outros autores, como Arruda (2009). Foi realizada ainda uma revisão bibliográfica a partir da doutrina existente na área de estudo, buscando dessa forma analisar o conhecimento disponível, e ratificar as teses que possuíamos a respeito do assunto.

No que diz respeito à metodologia empregada, o trabalho foi produzido a partir de uma abordagem qualitativo-interpretativa, levando-se como ponto de partida, a pesquisa nos referenciais teóricos sobre o amparo legal das Op GLO, as características da raça BH, as características do policiamento montado, objetivando concatenar as ideias para responder a questão sobre o emprego da Raça Brasileiro de Hipismo no policiamento montado.

Na realização deste trabalho, buscou-se inicialmente um respaldo jurídico para a atuação das Forças Armadas e das Forças Auxiliares, em um segundo momento tratou-se apenas da Raça Brasileiro de Hipismo, onde foi abordada sua origem, suas características gerais, morfológicas e suas qualidades físicas e morais. Por fim, abordou-se o policiamento montado, com enfoque em sua origem no Brasil, suas características, o emprego da tropa hipomóvel em GLO e as qualidades físicas e morais desejáveis a um cavalo que atue em policiamento montado.

As obras e os autores utilizados na bibliografia foram de suma importância para a conclusão deste trabalho, serviram de fomento a busca do conteúdo e também ao cruzamento de dados, no qual por diversas vezes pode-se ratificar uma informação através de diferentes autores.

Pretende-se com a conclusão deste trabalho, ratificar que o cavalo Brasileiro de Hipismo é de fato o mais capacitado a ser utilizado no policiamento montado, tendo o seu temperamento dócil como um dos principais argumentos para a sua escolha.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo geral correlacionar as qualidades físicas e morais da Raça Brasileiro de Hipismo, com as características inerentes ao cavalo de policiamento montado, no que tange as Operações de Garantia da Lei e da Ordem, de forma a comprovar se a Raça BH era a mais apta para este fim.

Dentro da proposição que se apresentou, observou-se que os objetivos específicos foram satisfatoriamente alcançados, uma vez que este trabalho não tinha a pretensão de esgotar o tema, até porque como a Raça BH não possui ainda um *stud book* fechado, atualmente esta situação favorece ao que se destina esta pesquisa, uma vez que se consegue chegar em características específicas desejáveis através do cruzamento genético entre as raças que formam a raça BH.

Inicialmente, foi realizado um estudo bibliográfico com o principal objetivo de coletar materiais que pudessem dar subsídio a análise que precisava ser feita, tais como manuais, livros, documentos, legislações e outras monografias voltadas para o emprego de tropa hipomóvel em Operações de Garantia da Lei e da Ordem, bem como outros trabalhos que tinham o cavalo, e suas características para o emprego militar como foco.

As limitações encontradas foram relativas ao pouco material científico que trata especificamente sobre a Raça Brasileiro de Hipismo, uma vez que esta raça é relativamente nova e que não possui ainda uma identidade própria, como já mencionado anteriormente a questão de o *stud book* ser aberto.

No que tange a estruturação do presente trabalho, procurou-se em um primeiro momento situar o leitor em como o exército pode hoje ser empregado em missões de Garantia da Lei e da Ordem, e mais do que isso, procurou-se explanar, ainda que sucintamente, sobre o amparo jurídico que rege tanto a atuação das forças auxiliares, quanto a atuação das Forças Armadas em Op GLO. Estando a missão constitucional das Forças Armadas elencada no art. 142 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, e a missão das Forças Auxiliares, estando descrita no art.144 da mesma constituição.

Ainda no que concerne aos aspectos jurídicos, procurou-se outros dispositivos constitucionais, como as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas, advindas com a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e sua alteração inserida pela Lei Complementar nº 117, de 4 de setembro de 2005, que estabeleceram, esta última, novas missões subsidiárias às Forças Armadas (TAIER, 2014).

Em um segundo momento, procurou-se ambientar o leitor com relação a Raça Brasileiro de Hipismo propriamente dita, abordando sua origem, formação, características morfológicas que devemos buscar em um cavalo, e as características mais gerais da raça. Paralelo a este capítulo, o seguinte abordou sobre o policiamento montado propriamente dito, abordando o emprego da tropa montada em Operações de Garantia da Lei e da Ordem, a origem do policiamento montado no Brasil, as características do policiamento montado, o emprego da tropa hipomóvel em Op GLO e as características inerente ao cavalo que concorre as missões de policiamento montado.

Após a análise do segundo capítulo, o qual abordava a questão da Raça BH e suas características, chegou-se a conclusão que o cavalo Brasileiro de Hipismo, é um cavalo de temperamento dócil, de uma boa índole, de grande porte, estrutura forte, linhas harmoniosas, robusto, valente e com andaduras elásticas, ágeis e extensas, de geometria preferencialmente quadrada, *uphill*, cabeça média, de tamanho proporcional a sua silhueta, espáduas que confirmam liberdade de movimentos aos membros anteriores, tanto durante o alongamento quanto em flexão, possuindo musculatura farta, mas delgada e flexível, de forma que se minimizem as lesões, o pescoço ideal segue a prerrogativa da média, ou seja, comprimento e orientação intermediários são favoritos na maioria das situações, cernelha suficiente musculosa para sustentar o peso do cavaleiro, sendo a cernelha proeminente a mais desejável, uma vez que irá permitir uma maior liberdade e movimentos das espáduas, entre outras características que serão citadas no Anexo A.

Ao se analisar o terceiro capítulo, que abordou sobre o policiamento montado, chegou-se à conclusão através das bibliografias utilizadas, como Ebre (2009) e Policastro (1995), que houve a necessidade de se abordar mais minuciosamente alguns aspectos, entendendo seus tipos de emprego e fundamentos, uma vez que eles podem influenciar o emprego do cavalo policial militar ideal.

Concluí-se o presente trabalho com a certeza de que a hipótese que norteou esta pesquisa foi confirmada. O cavalo Brasileiro de Hipismo reúne as características morfológicas, físicas e morais necessárias para o emprego nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

Conclui-se ainda que a raça Brasileiro de Hipismo foi confirmada como a raça ideal de cavalo policial militar, por possuir a maioria das características necessárias, tendo sido apontadas como vantagens da raça em uma pesquisa de campo feita por Arruda (2009):

“Grande porte, maior adaptação para o policiamento montado, boa índole, raça que possui a maioria das características desejáveis em um cavalo, fácil condução, rusticidade, aptidão natural para o esporte, boa relação custo benefício e boas ofertas de exemplares no mercado” (ARRUDA, 2009, p.86)

Por fim, Arruda (2009), ainda em pesquisa de campo, questionou ao universo de sua pesquisa, sobre a raça ideal de cavalo para ser empregada no policiamento montado, tendo sido a raça Brasileiro de Hipismo apontada por 76% do universo dos pesquisados, as raças alemães Holsteiner e Hanoveriano, foram apontadas cada uma com 8% dos pesquisados, mesma porcentagem atingida pela raça Lusitana. Em uma entrevista para Arruda (2009), o então Major QOS Walmir Santos Viana, chefe da SAS/Vet, do Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes afirmou que além do cavalo BH possuir a grande maioria das características inerentes ao policiamento montado, mencionou ainda que:

“o cavalo de policiamento tem que ter principalmente porte [...] e apesar do padrão de raça ser a partir de 1,57m, mas aqui na Polícia a gente admite animais a partir de 1,52m. Mas quando se cria o BH, principalmente se você tem uma matriz registrada e o pai aprovado, dificilmente você vai ter um animal com altura de cernelha final abaixo de 1,55m. Nós temos até aqui nos animais que são puros, elas ultrapassam, inclusive, 1,60m, em média. É que na Cavalaria nós temos grande parte do plantel é mestiço, mestiço de BH e sendo que, dos animais os que são puros mesmo são uma parcela percentual pequena. Então, quando você aprimora, você filtra os animais que você vai usar na reprodução, principalmente de éguas que são registradas e o pai aprovado, dificilmente você vai ter problema com relação à característica de porte do animal” (ARRUDA, 2009, p.98-99).

Percebe-se por esse fragmento que o cavalo Brasileiro de Hipismo puro, aquele que é filho de pai aprovado com uma matriz registrada, dificilmente terá uma altura de cernelha abaixo de 1,55m. O mesmo ainda trata em sua fala que há no RCAT exemplares que ultrapassam 1,60 m de cernelha, o que demonstra de fato que a raça BH atende ao quesito grande porte (ARRUDA, 2009).

Prosseguindo em seus questionamentos ao então major, Arruda (2009), diz que o temperamento dócil, tranquilo, é bastante adequado ao serviço de policiamento:

Outra coisa que também contribui para essa formação de caráter, de temperamento do animal é a sua criação, como a gente tem o programa de reprodução, é a criação desde potro dentro da Polícia Militar. E isso com o manejo praticamente diário que você faz com os animais, o potro chega para o trabalho de doma já com um temperamento muito propício para nossa atividade, do animal de policiamento montado. É o argumento principal em relação à raça BH. Além do porte, do temperamento, na

média, você tem no exemplar da raça, animais com perfil, temperamento dócil, calmo e que praticamente, principalmente na rua, você tem muito pouco exemplo, estatística de problemas em relação ao temperamento (ARRUDA, 2009, p.99).

Percebe-se pelo fragmento acima, que o então Chefe do SAS/Vet, Maj QOS Waldir Santos Viana, do RCAT, ressalta a importância de a Polícia Militar de Minas Gerais ter o seu próprio programa de reprodução equina, o que facilita os animais a desenvolverem um temperamento propício ao serviço de policiamento, desde seu nascimento. Fato semelhante ocorre na Coudelaria de Rincão, onde através do seu programa de reprodução equina, se consegue combinar geneticamente pai e mãe com características desejáveis a determinado fim que se destina.

REFERÊNCIAS

ABCCH. **Histórico BH.** Disponível em http://brasileirodehipismo.com.br/site/nhtml/nstbh_historicobh.asp. Acesso em: 05 de setembro 2018.

ALVES, Victor Chiari; MIRANDA, Ana Luisa Soares de. **Brasileiro de Hipismo Morfologia.** São Paulo: Associação Brasileira de Criadores de Cavalos de Hipismo, 2017.

ARRUDA, Frederico Costa. **Emprego do cavalo da raça Brasileiro de Hipismo no policiamento montado.** 2009. 123f. Monografia (Curso de Formação de Oficiais) – Centro de Ensino de Graduação da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.** Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação 2018.

_____. **Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3897.htm . Acesso em 05 set 2018.

_____. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1999/leicomplementar-97-9-junho-1999-377583-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 05 set 2018.

_____. Ministério da Defesa. EB 60-MT-26.401: **MANUAL TÉCNICO DE EQUITAÇÃO** – Portaria Normativa nº 71/DECEX, de 02 de março de 2017. MINISTÉRIO DA DEFESA – 1ª Edição. Brasília: EGGF, 2017.

_____. Ministério da Defesa. **MD33-M-10: GARANTIA DA LEI E DA ORDEM** – Portaria Normativa nº 186/MD, de 31 de janeiro de 2014. MINISTÉRIO DA DEFESA – 2ª Edição. Brasília: EGGF, 2014.

DIAS, I.M.G et al. **Formação e estrutura populacional do equino Brasileiro de Hipismo.** Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia, v. 52, n.6, Belo Horizonte, 2000.

DUTRA, Rafael Carlos. **Os benefícios do Concurso Completo de Equitação para o policiamento montado.** Rio de Janeiro: Escola de Equitação do Exército, 2013.

EBRE, Guilherme Santana. **O emprego do esquadrão de choque hipomóvel nas operações de Garantia da Lei e da Ordem.** Brasília: 1º Regimento de Cavalaria de Guarda, 2009. Polígrafo de Choque Hipomóvel

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. **Manual Técnico profissional n. 3.04.09/2013-CG: Regula a Prática Policial Militar Especial de Policiamento Montado na Polícia Militar de Minas Gerais.** Belo Horizonte: PMMG – Comando-Geral, 2013

MATTA, Rafael Assenção Pereira. **A preparação dos cavalos empregados em operações de garantia da lei e da ordem.** Rio de Janeiro: Escola de Equitação do Exército, 2011.

MENDES, Rodrigo Fausto Mendes, **Proposta de um caderno de instrução de emprego de tropa hipomóvel em operações de GLO.** 2017. 70f. (Pós-Graduação em Equitação) – Escola de Equitação do Exército, Rio de Janeiro, 2017.

MONTE, Enio. **Pioneirismo e Dedicção**. São Paulo, Revista Santo Amaro a Galope, 2009. Entrevista concedida a Santo Amaro a Galope.

POLICASTRO, Alberto Nubie. **Manual de tropa montada**. 1995. 246 f. Monografia (Graduação) – CAO – Academia de Polícia Militar de São Paulo, São Paulo: 1995.

RESILIÊNCIA. In: **WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre**. Wikimedia, 2018. Disponível em: [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Resiliência_\(psicologia\)](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Resiliência_(psicologia)) Acesso em: 29 out. 2018.

RINK, Bjark. **Desvendando O Enigma do Centauro: como a união homem- cavalo acelerou a história e transformou o mundo**. São Paulo: Equus Brasil, 2008.

SOEIRO, Eduardo da Costa. **A preparação do cavalo para missões de Garantia da Lei e da Ordem**. 2003. 49f. (Pós-Graduação em Equitação) – Escola de Equitação do Exército, Rio de Janeiro, 2003.

SOUZA, Pedro Henrique Pereira de. **Origem e História do cavalo, bem como sua utilização no policiamento montado da polícia militar de Goiás e o impacto presencial da tropa**. 2018. 12f. Artigo Científico (Curso de Formação de Praças do Comando da Academia de polícia militar de Goiás), Goiânia, 2018.

TAIER, Geore Aiex Rocha. **O emprego da tropa hipomóvel nas operações de garantia da lei e da ordem: preparação dos equinos para operações de garantia da lei e da ordem**. Resende: AMAN, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso.

ANEXO A – Modelo ideal de cavalo policial militar – Arruda (2009)

Raça: Brasileiro de Hipismo.

Características morfológicas:

1. Perfil: longilíneos, com o dorso alongado, flexível e musculoso, dando ao animal maiores capacidades.

Figura 27: Titã, Cavalo da raça Brasileiro de Hipismo visto de perfil



Fonte: ARRUDA (2009)

2. Altura da cernelha: a partir de 1,57m.
3. Regiões do cavalo:
 - a. Cabeça: alerta, mantida com elegância; não muito grande nem pesada; bem inserida;
 - i. Olhos: grandes, límpidos, expressivos, calmos;
 - ii. Orelhas: atentas e móveis; pequenas, finas e eretas, com seu comprimento bem proporcionado;
 - iii. Narinas: mais amplas e extensas quanto possível;
 - iv. Boca: com lábios finos, firmes e móveis.

Figura 28: Cabeça do cavalo



Fonte: ARRUDA (2009)

b. Pescoço: longo, esguio e ereto;

Figura 29: Pescoço do cavalo



Fonte: ARRUDA (2009)

- c. Tronco: robusto, arredondado, não muito longo e o mais amplo possível;
- i. Cernelha ou garrote: longa e proeminente; devendo ser bem desenvolvida; suficientemente musculado;
 - ii. Dorso: praticamente horizontal, com comprimento médio, musculoso e o mais amplo possível;
 - iii. Lombo: horizontal, curto, forte, sólido, bem unido e largo;
 - iv. Garupa: longa, ampla, terminando em ligeiro declive na extremidade posterior;

v. Peito: largo e amplo; a medida da circunferência do tórax deve ultrapassar de quinze a vinte centímetros a da altura do cavalo.

Figura 30: Pescoço do cavalo



Fonte: ARRUDA (2009)

d. Membros:

i. Membros posteriores:

1. Coxa: bastante longa, possuir uma musculatura rija e possante;
2. Jarrete: grande e bem desenvolvido; com seus contornos, sobretudo os da face interna e os do calcâneo, muito bem definidos; a inclinação dos próprios jarretes varia, não podendo formar um ângulo muito aberto nem muito fechado;
3. Canela: não deve ser muito longa, rija e tão larga quanto possível, com tendões firmes e bem implantados;
4. Quartela: curta ou longa, desde que não seja muito curta e vertical; nas patas anteriores, deve-se articular-se com as coroas num ângulo de 50 graus; quando longas, devem possuir tendões resistentes;
5. Pé: rijo, bem constituído e proporcional ao corpo do cavalo; com um casco bem apumado, forte, bem conformado, sem sulcos e com a ranilha bem destacada e sadia;
6. Aprumo dos membros posteriores: as pernas devem ser quase retas; observado por trás, a direção em que agem os membros deve ser paralela ao eixo longitudinal do cavalo;

ii. Membros anteriores:

1. Espáduas: oblíquas, longas e largas; com ligamentos não muito elásticos;
2. Braço: provido de músculos, não podendo ser muito longo; a articulação do cotovelo deve ser chata, larga e forte;
3. Antebraço: relativamente longo e sua direção deve ser vertical;
4. Joelho: chato, nem saliente, nem côncavo; deve ser largo e escavado dos lados; seco, largo, nítido e são;
5. Canela: de possuir tendões fortes e resistentes, não podendo apresentar tumor ósseo;
6. Aprumo dos membros anteriores: examinados de perfil, com uma linha imaginária passando pelo cotovelo, pelo joelho e pela articulação da quartela, ficando apenas a extremidade da parte posterior do casco ficando aflorada; examinados de frente, os membros anteriores devem ficar divididos em duas partes iguais pela vertical traçada a partir da articulação da espádua.

4. Tipos de andadura: passo, trote e o galope.

5. Apreciação do conjunto (Harmonia das partes): não existe o cavalo perfeito, há que se procurar um conjunto de boas médias, isto é, verificando se todas suas partes estão harmônicas entre si, com boas proporções; a proporção entre a região posterior e a região anterior deve ser normal.

6. Outras características: resistência, rusticidade, destreza, força, boa cobertura muscular com distribuição uniforme pelo corpo, robustez, velocidade e impulsão.

Características psíquicas

1. Temperamento: dócil; de boa índole; manso; bom caráter.
2. Sem vícios.
3. Coragem e valentia.